

A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada

Ricardo Salles¹
Magno Fonseca Borges²

Resumo

O artigo segue a trajetória de uma grande família de plantadores escravistas do Vale do Paraíba fluminense no século XIX, com foco em seu principal representante, Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, o barão de Guaribu (c. 1795 – 1863). São examinadas a implantação da plantation na região de Vassouras, a acumulação e a concentração de capitais, terras e escravos, as formas de relações entre senhores e escravos, as relações entre os próprios membros da classe senhorial e a interseção entre o poder local e o poder central no Império do Brasil.

Palavras-chave: Escravidão, Império do Brasil, Vassouras, Século XIX, Classe Senhorial.

Abstract

The paper follows the trajectory of a large family of large slave planters of the Paraíba River Valley in the Nineteenth Century, focusing on its main representative, Cláudio Ribeiro Gomes de Avelar, Baron Guaribu (c. 1795 - 1863). We examine the implementation of the plantation in the region of Vassouras, the process of accumulation and concentration of capital, land and slaves, forms of relationship between masters and slaves, the relationships among the members of the planter class and the intersection between local and central power in Empire of Brazil.

Keywords: Slavery, Empire of Brazil, Vassouras, Nineteenth Century, Planter Class.

¹ Professor da Escola de História da UNIRIO.

² Pesquisador da Coordenação de História da Ciência do MAST.

Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, barão de Guaribu, é o personagem central deste ensaio. Nascido no Rio de Janeiro, por volta de 1795, e falecido em Paty do Alferes, município de Vassouras, em 1863, Cláudio foi um grande proprietário de terras e escravos nessa região. Com o exame de testamentos, inventários, avaliações e outros documentos, referentes a seus pais, irmãos, ao próprio Cláudio e a membros da classe senhorial de Vassouras, poderemos seguir o fio da meada da acumulação de capital escravista através da montagem, expansão e declínio da grande propriedade rural escravista cafeicultora na região no período entre aproximadamente 1820 e 1890. Seguiremos, ainda, como tudo isso envolveu a formação e a reprodução de um *étos* e um *habitus* senhoriais específicos. As relações entre senhores e escravos, como parte integral e inseparável desse processo, serão analisadas no âmbito do que estaremos denominando de comunidade de plantation. A análise gira ao redor da principal propriedade da família Gomes Ribeiro de Avelar, a fazenda do Guaribu.

Numa sexta-feira, dia 3 de setembro de 1863, em sua fazenda do Guaribu, em Paty do Alferes, na comarca de Vassouras, morria Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar. Desde 1860, possuía e exibia o título de barão de Guaribu, do qual tinha evidente orgulho. Tanto que, em seu testamento, ditado uma semana antes de seu falecimento, ele declarava: “...meu nome era Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, antes de Sua Majestade o Imperador agraciar-me com o título de Barão de Guaribu”³. Estava na casa dos 60 anos e nascera na cidade do Rio de Janeiro. A morte do barão e suas circunstâncias permitem analisar uma intrincada rede de relações sociais, envolvendo ricos fazendeiros, libertos e escravos, ao longo de quase todo o século XIX, em uma das regiões mais importantes e destacadas do Império do Brasil, o município de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense. Uma rede marcada pelos laços de família, por favores, trocas, concessões e compadrios, mas principalmente pela força e pela assimetria das relações de poder, dominação e exploração.

Antes de nos debruçarmos sobre a história de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, no entanto, é importante traçar um quadro do mundo em que ele vivia.

Proprietários, escravos e alforriados em Vassouras

Esse mundo era a região conhecida como Serra Acima, que se notabilizou pela produção de café no século XIX. O barão era um grande proprietário de terras e escravos em Vassouras. A designação grande, entretanto, não dá conta da dimensão de sua propriedade escravista,

³ Inventário e Testamento de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, barão de Guaribu, Centro de Documentação Histórica, Vassouras (CDH).

assim como de alguns outros poucos donos de escravos da região. A análise da distribuição da propriedade de escravos, de acordo com os inventários *post-mortem* em Vassouras, no período entre 1821 e 1880, evidenciou a existência de megaproprietários de escravos. Isto é, proprietários de 100 ou mais cativos. Ao todo, foram detectados 65 megaproprietários em um conjunto de 729 inventários encontrados neste período⁴. Esses números parecem confirmar a ideia, algo disseminada na historiografia atual, de que, a despeito da existência de grandes potentados com mais de 1.000 cativos e diversas propriedades, como os irmãos Breves, em Pirai e adjacências, e o barão de Nova Friburgo, em Cantagalo e cercanias, por exemplo, o cultivo de café no Vale do Paraíba do século XIX era feito basicamente em propriedades com cerca de 20 cativos. Propriedades em que o convívio entre o senhor, sua família e seus escravos era muito próximo, marcado por pressões por parte dos escravos, concessões e negociações cotidianas. Essa imagem difere bastante daquela da *plantation* escravista estabelecida pela historiografia anterior, principalmente dos anos de 1960 e 1970. Uma imagem dos grandes plantéis de cativos, em sua imensa maioria homens, submetidos à rígida disciplina dos feitores, cumprindo jornadas de 14 ou mais horas de trabalho no cultivo e no tratamento do café, vivendo em grandes senzalas.

No lugar desse quadro, muitas vezes reconstruído pela historiografia dos anos 1980 em diante com cores ainda mais carregadas para fins de ser criticada e contrastada, surgiu outro, de um campo escravista marcado pela média e pela pequena posse de escravos. A pesquisa nos inventários de Vassouras – e tudo indica que o mesmo se aplica a outras regiões grandes produtoras de café do Vale, talvez até de forma mais intensa – mostra que era e não era bem assim. O exame dos inventários de Vassouras entre 1821, data do primeiro inventário abrindo uma série e 1880, marco do início do período de decadência da lavoura cafeeira no município, mostrou a necessidade de ir além da tradicional divisão entre pequenos, médios e grandes proprietários de escravos. A existência de números significativos de donos de um a 20 escravos ao lado de proprietários de 30, 40, 50 ou mais cativos, bem como outros, plantéis com 100, 200 ou mais escravos, levou à necessidade da seguinte classificação dos proprietários de escravos em cinco faixas: miniproprietários de escravos, donos de 1 a 4 cativos; pequenos proprietários, possuidores de 5 a 19 escravos; médios proprietários, entre 20 e 49 escravos; grandes proprietários, donos de 50 a 99 cativos; e megaproprietários, com 100 ou mais escravos. Concretamente, no período entre 1821 e 1880 foram localizados:

- 2% de inventários sem escravos;
- 16% de miniproprietários;
- 39% de pequenos proprietários;

⁴ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX, senhores e escravos no Coração do Império*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

- 22% de médios proprietários;
- 12% de grandes proprietários;
- 9% de megaproprietários⁵.

O que se vê, portanto, é uma propriedade escravista disseminada, com mini e pequenos proprietários de escravos representando 55% de todos os proprietários. Os inventários desta faixa de proprietários, normalmente, não listavam senzalas, equipamentos de beneficiamento de café, grandes terreiros e poucos apontavam a propriedade de terras. Houve um número expressivo de alforrias nesta faixa de proprietários, sempre que foi possível verificar esse fenômeno nas listagens de cativos dos inventários. O mesmo aconteceu quando se pôde identificar em que categoria de proprietário de escravos se encaixava os autores de testamentos que alforriaram escravos. Algumas vezes, ex-cativos alforriados, por vontade testamental de seus donos, recebiam como escravos companheiros e companheiras com quem conviviam, até bem pouco, no cativeiro. De uma hora para outra, por força da execução de um testamento, um cativo podia se transformar em uma pessoa livre, na condição de liberta. Podia mesmo se transformar, e muitos se transformaram, em um pequeno proprietário de escravos. Pode-se supor que essas mudanças não eram completas surpresas. Elas parecem ter expressado longos processos de negociações, formais ou informais, ditos ou não ditos, entre as partes envolvidas. A retórica benevolente dos testamentos em que se davam as alforrias, quase sempre com expressões de gratidão ou recompensa em relação aos serviços prestados pelos alforriados, evidencia essa dimensão das relações entre os senhores e seus escravos. Tudo isso mostra que, de fato, se tratava universo social complexo, marcado por negociações e concessões em que a alforria era a moeda de troca corrente nas relações entre estes senhores e seus escravos.

Também entre os testamentos e inventários de grandes e megaproprietários aparecem as alforrias e as doações a ex-escravos alforriados, inclusive de cativos. Isso acontecia, entretanto, em menor escala e em um ambiente distinto. Neste caso, estão presentes as senzalas, os grandes terreiros, os equipamentos de beneficiamento de café. Uma paisagem que está ausente entre mini e pequenos proprietários. O contrário acontece com os grandes e megaproprietários. Nos inventários de grande e megaproprietários, podemos encontrar lances e lances de senzalas, cobertas com telhas ou com cobertura de capim, com varandas ou sem varandas, algumas com piso. Algumas em linha, outras possivelmente em quadras. Encontram-se também as tulhas para armazenar o café durante a sua secagem, os engenhos de cana, de café ou de uso não discriminado, os grandes terreiros, sendo que alguns calçados. Aparecem ainda máquinas despulpadoras, para ventilar e separar o café. São avaliados cafezais novos, cafezais antigos e, em alguns casos, matas. Podem-se ver alguns hospitais ou

⁵ Idem.

enfermarias para os cativos. Aparecem as casa de vivendas, as pratarias, os móveis, os jogos de louça, talheres, dívidas a receber e a pagar, obrigações com irmãos, pais, filhos, sobrinhos, compadres, afilhados. Arrolam-se, em algumas ocasiões, centenas de escravos distribuídos por duas ou mais propriedades. As famílias de cativos aparecem com maior frequência. Entre estas centenas de escravos, muitos deles descritos com seus ofícios, podemos ver alguns feitores e capatazes.

Neste quadro, as alforrias que aparecem em alguns testamentos e mesmo em alguns inventários beneficiam uma proporção muito menor das escravarias, se comparadas com o universo dos pequenos proprietários. Negociações, pressões, concessões e a moeda de troca da alforria também faziam parte do universo das relações entre os grandes senhores e seus escravos. Como fica evidente pela descrição dos elementos componentes de um grande inventário, entretanto, o ambiente em que essas relações se davam era muito distinto daquele encontrado entre os pequenos e mesmo os médios proprietários⁶. A diferença vinha, em primeiro lugar, pelo número de cativos, o perfil do plantel, o tipo de unidade produtora, o tipo de propriedade. Tratava-se de centenas de escravos ou de um punhado cativos? O trabalho era feito em turmas supervisionadas, implicando em disciplina rigorosa e com metas a serem cumpridas, com castigos quando não o fossem e recompensas, em dinheiro ou “fichas” da fazenda quando fossem excedidas? Ou era um trabalho feito em pequenas lavouras, muitas vezes até mesmo ombro a ombro com o senhor ou sua família? Havia espaços para roças individuais ou familiares cultivadas pelos cativos em seus dias livres? Havia maior ou menor equilíbrio entre os sexos, com a existência, em número significativo, de famílias? As relações entre senhores e escravos eram diretas ou se davam através de intermediários? As rotinas de vida eram experimentadas em grandes senzalas, em torno dos terreiros, ou em pequenas posses, com a choupana dos escravos ao lado das pequenas casas ou casebres de seus senhores? A presença do senhor se dava em grandes casas de vivenda, inacessíveis, ao menos para os escravos do eito? Ou essa presença mostrava uma relativa fragilidade social dos pequenos proprietários, se comparada com os grandes potentados? Havia ali uma capela onde, de quando em quando, aparecia um padre para rezar missas, batizar e casar?

Em segundo lugar, as diferenças diziam respeito ao tipo de impacto que o jogo de pressões e negociações e principalmente as alforrias traziam para escravos e senhores. Em uma pequena posse ou propriedade com poucos escravos, as alforrias podiam mudar radicalmente a vida de todos os envolvidos. Os herdeiros de um pequeno proprietário podiam, por efeito das disposições de um testamento, simplesmente deixar a condição de proprietários de escravos. Ou podiam passar da condição de pequenos proprietários,

⁶ Domênico Renan da Silva Cabral, *Concessões ou conquistas. A política de benefícios testamentários na crise do escravismo em Vassouras – 1851 – 1870*, monografia de conclusão de curso, Departamento de História, USS, Vassouras, 2006.

conforme a categorização que está sendo adotada, para a de miniproprietários. Ex-escravos alforriados podiam, não fosse o fato de serem libertos, passar para a mesma condição social de seus antigos senhores.

Em uma grande propriedade, apesar do impacto das alforrias ser enormemente significativo na vida de quem era alforriado, os efeitos desses atos eram muito mais reiterativos da situação em que se davam as relações locais entre senhores e escravos. Se o ex-escravo fosse continuar vivendo na fazenda, o que normalmente acontecia, tudo a seu redor permaneceria mais ou menos como antes. Para seus antigos companheiros, o testemunho de sua alforria, sem dúvida significativo, era balanceado pela experiência predominante de dezenas e dezenas de outros escravos que viveriam e morreriam nesta condição.

Apesar dessas distinções em relação ao impacto que as negociações entre senhores e escravos e as alforrias podiam ter, e normalmente tinham, dependendo do ambiente local em que ocorriam, encontramos sempre a mesma retórica, o mesmo vocabulário social empregada, seja grande, seja na pequena propriedade. Encontramos, em ambos os casos, a mesma condição subalterna do liberto quando analisamos os documentos ou quando lemos testemunhos diversos que relatam, direta ou indiretamente, estas situações. Essa coincidência de retórica e vocabulário social e o uso da mesma moeda de troca em ambientes tão diferentes não se dava ao acaso e tampouco era desprovida de um significado muito preciso. Até o início da década de 1870, com o final da Guerra do Paraguai e a onda de alforrias para o recrutamento que ela propiciou, e com a lei de 28 de setembro de 1871, que previa o fim gradativo da escravidão, institucionalizou pecúlio escravo e criou um sistema legal nacional de emancipações, a alforria foi sempre descrita, entendida e vivenciada como um ato privado de benevolência senhorial. Um ato que recompensava o bom escravo, até mesmo quando era uma transação comercialmente vantajosa ou ao menos que não trazia prejuízo financeiro ao senhor, quando comprada pelo ex-escravo. Um ato que requeria, e normalmente obtinha, ainda que formalmente, através dos códigos de conduta social praticados, a gratidão do liberto.

Essa retórica e vocabulário comuns implicavam que predominava, na valoração, no entendimento das partes e, principalmente, no sentido geral de instituto reiterativo da ordem escravista, o significado que era conferido às alforrias e às negociações entre senhores e escravos pelas práticas vigentes nas grandes propriedades. Eram essas práticas que determinavam o significado social da alforria. Numa inversão conceitual que remonta ao arcabouço teórico marxista e althusseriano, pode-se dizer que este significado social acabava por sobredeterminar as práticas e os significados dos ambientes locais. Ainda que cada situação particular, com seu desenvolvimento e desfecho único, impactasse, compusesse e, no limite,

pudesse transformar o quadro e os processos gerais, cada uma delas estava neles contidos. A compreensão desse fato é essencial para se aquilatar as condições e os alcances potenciais das agências dos grandes senhores, dos pequenos senhores, de seus escravos e dos libertos no mundo escravista do século XIX. Numa formulação simples, quanto mais inseridos ativamente no quadro e processos gerais, maior era o peso da agência dos atores sociais no sentido de conferir significados, definindo um vocabulário social, à multiplicidade de situações cotidianas em que senhores e escravos se enfrentavam, negociavam, faziam concessões e obtinham conquistas. No caso concreto do período que está sendo analisado, entre 1820 e 1880, o quadro e os processos gerais pendiam decididamente para os grandes senhores.

Isso não aconteceu apenas por obra de tendências e dinâmicas sociais mais amplas e ocultas. Estas existiam e nem sempre ou quase nunca foram claramente percebidas em sua totalidade de significados pelos contemporâneos. Mas também havia razões bem concretas para que a balança pendesse para os grandes senhores. Razões que dizem respeito ao poder e ao papel que estes tinham na vida local, no poder provincial e geral e na ordem institucional do Império. Adicione-se a essas razões, de ordem mais geral, o fato bem mais concreto de que a grande maioria dos escravos vivia, sofria suas agruras e morria em grandes propriedades rurais, onde suas possibilidades de negociação e pressão eram menores.

Uma olhada mais de perto na distribuição da propriedade escravista em Vassouras, de acordo com os dados obtidos na série de inventários *post-mortem* para o período entre 1821 e 1880, corrige uma primeira impressão, que por ventura se tivesse, de que a propriedade de escravos era principalmente distribuída entre pequenas e médias posses, em que pese a existência de um punhado de grandes proprietários. Vimos que mini e pequenos proprietários de escravos, representando 55% dos inventários encontrados, predominavam amplamente sobre grandes e megaproprietários, que somaram 21% dos mesmos inventários. Se considerarmos, no entanto, a proporção de escravos que cada uma dessas categorias possuía, a coisa muda radicalmente de figura. Grandes e megaproprietários foram donos de 70% dos 28.245 dos escravos arrolados nos inventários no período. Mini e pequenos proprietários ficaram com 12% dos cativos, enquanto 18% pertenceram a médios proprietários. Esses dados mostram qual era o ambiente predominante nas relações entre senhores e escravos. Assim, o ambiente das grandes propriedades e das plantations não prevalecia apenas pelo poder efetivo e simbólico dos grandes senhores na sociedade, por sua riqueza e força material, na sociedade em geral. Prevalecia também porque era sob seu domínio que viviam e morriam a grande maioria dos escravos⁷.

⁷ Ricardo Salles, *E o Vale era...*

O barão de Guaribu e a terra dos barões

Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, barão de Guaribu, era um desses grandes senhores, um megaproprietário de escravos na terminologia adotada, quando morreu em 1863. Nesse momento, Vassouras vivia seu apogeu. Desde a década anterior, quando a produção de café talvez tenha alcançado seu momento máximo, a região e a cidade davam mostras de pujança. Cláudio fazia parte de uma geração, nascida entre o final do século XVIII e o início do século XIX, que, juntamente com seus pais, formara o território e construíra a cidade, como expressão simbólica e material de seu poder na região. Entre estas famílias, destacavam-se aquelas que Mariana Muaze vem chamando de os quatro grandes: os Ribeiro de Avelar, os Lacerda Werneck, os Correia e Castro e os Teixeira Leite. Essas famílias, vindas de Minas Gerais ou do Rio de Janeiro, haviam se estabelecido na margem oriental do rio Paraíba, desde finais do século XVIII, ao redor e ao longo do Caminho Novo para as Minas Gerais, aberto no começo do século. Algumas já estavam na área desde então. Essas famílias receberam sesmarias e deram origem a grandes propriedades rurais, como as fazendas Pau Grande, Ubá e Piedade, produzindo açúcar, aguardente e derivados, carne suína e mantimentos.

Suas histórias ganharam relevância com a expansão do café e da consolidação do Império do Brasil. Vendo crescer sua importância econômica e estreitando seus laços com as facções políticas da Corte, eles participaram do impulso liberal que forçou a separação de Portugal, apoiando a ascensão de Dom Pedro I ao trono do Império do Brasil. A constituição outorgada de 1824 e os desdobramentos da política implementada pelo primeiro imperador, com seu forte viés absolutista e, principalmente, com a perspectiva de eminente proibição do tráfico internacional, forçada pela Inglaterra nas negociações de reconhecimento da independência, minaram as relações entre as facções políticas liberais e o monarca. Este foi se vendo isolado, contando apenas com o apoio mais restrito de grupos de comerciantes, principalmente portugueses, de uma pequena elite cortesã, assim como de alguns grandes proprietários que mantinham estreitas ligações com o núcleo de poder. Diante da pressão das ruas, ganhou importância uma nova oposição liberal, que acabou por forçar a abdicação de Dom Pedro I. Essa nova oposição, através de sua facção moderada, vinha se aproximando cada vez mais seus laços políticos, clientelares e pessoais com a camada de grandes proprietários de terras e escravos da região da Bacia do Paraíba do Sul. O Ato Adicional de 1834, ao conferir maior poder ao parlamento e estruturar as relações entre o plano local e o central, através da criação das assembleias provinciais e outras medidas, completou o solapamento das bases tradicionais de poder, herdadas do Antigo Regime e de sua lógica territorialista, como colocou Ilmar Rohloff de Mattos⁸.

⁸ Ilmar Rohloff de Mattos, O gigante e o espelho, em Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial*, v. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

Em Vassouras, o vereador Joaquim Ribeiro de Avelar, de quem já voltaremos a falar, na Câmara Municipal, apoiou o Ato Adicional. De uma de suas janelas, fez um discurso para as pessoas que se concentravam diante do edifício, saudando a reforma. A centralização do regime se mostrara demasiada. Era necessário dar margem ao desenvolvimento a um sistema que garantisse maior autonomia para as províncias. Um sistema que ensaiasse uma monarquia federativa, fundada sobre os princípios americanos⁹.

Os fatos demonstraram, entretanto, que não se poderia ou não se deveria ir tão longe. A experiência de sucessivas revoltas, inclusive com a revolta dos Malês em Salvador, fez com que muitos priorizassem a busca da ordem, mesmo que ao preço de recuar de algumas das reformas há pouco aprovadas. A partir desse momento, a política dos moderados, respaldada na região escravista em expansão, que se desenvolvia juntamente com o mercado mundial capitalista, se deu no sentido de deter o “carro da revolução”. Assim as mudanças institucionais promovidas no conturbado período entre finais da década de 1820 e meados da década de 1830 corresponderam a um claro deslocamento da base social do Estado imperial em direção ao poder econômico, territorial, material e político dos grandes proprietários de terras e escravos da região da Bacia do Paraíba. Tais mudanças foram conduzidas sob a liderança dos liberais moderados e, a partir de 1835, dos regressistas que formaram as bases do futuro partido conservador da década de 1840¹⁰.

Na região Sudeste, duas revoltas tiveram grande repercussão neste mesmo período e contribuíram para que os fatos se encaminhassem nesta direção: a revolta de Carrancas, em Minas Gerais, em 1833, e a de Manoel Congo, em Vassouras, em 1838. As condições socioeconômicas que se configuram na esteira da expansão, com a grande afluência de africanos para a região, trazidos pelo tráfico internacional para abastecer as fazendas que se desenvolviam, fizeram o resto. Um clima de temor se instalou entre a população livre¹¹. Nessa conjuntura, um poder central com pulso firme era bem-vindo. Estavam dadas as condições favoráveis à ligação orgânica dos regressistas, e, com sua vitória e transmutação em conservadores, do próprio Império, com a grande propriedade escravista. O ponto de encontro entre esses dois movimentos, o político, por um lado, e o econômico e social, por outro, foi propiciado pela reabertura e expansão do tráfico atlântico de escravos africanos.

Proibido em 1831, por força dos acordos de reconhecimento da independência com a Inglaterra, e sem ter nunca cessado totalmente, o tráfico foi retomado e ampliado, sob a forma

⁹ Ignácio Raposo, *História de Vassouras*, Niterói, SEEC, 1978.

¹⁰ Marcello Basile, O laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840), em Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), op. cit.

¹¹ Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles, *Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico*, em Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), op. cit., v. 1; João Luiz Ribeiro, *No meio das galinhas as baratas não têm razão*, Rio de Janeiro, Renovar, 2006; Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro – século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

de contrabando aberto aproximadamente a partir de 1835. Essa retomada foi capitaneada pelos regressistas, que respondiam a uma pressão política e social vinda do Vale¹². Até 1850, negreiros brasileiros, portugueses, norte-americanos e de outras nacionalidades despejaram escravos africanos, em escala nunca antes experimentada, pelos portos brasileiros, principalmente do Sudeste e do Rio de Janeiro. Todo esse movimento histórico, cujo marco decisivo foi a vitória do Regresso, deu origem ao chamado Tempo Saquarema, que se estendeu até pelo menos até a volta dos liberais ao governo, em 1862, após 14 anos de jejum de poder. Estava formada uma nova base social e econômica de poder, igualmente territorialista e centralista, mas agora constitucional. Estavam dadas as condições para a expansão de um Império de novo tipo, que atingiria seu auge com o Segundo Reinado, nas décadas de 1840 a 1860.

Do ponto de vista institucional, a década de 1850 se abriu com a proibição efetiva do tráfico internacional, a lei de terras e o código comercial, ambas de 1850, e com a aprovação do código comercial pouco depois. Foi exatamente neste momento que a relação entre o Estado imperial e os grandes fazendeiros, que só viria a ser rompida com a Abolição, em 1888, se consolidou. Em parte, esta consolidação dependeu destas medidas. A principal delas, a extinção do tráfico, só ocorreu devido à insuportável pressão inglesa e, aparentemente, comprometia os interesses, se não imediatos, a médio e longo prazo dos grandes fazendeiros escravistas. Contudo, em discursos pronunciados no parlamento, nos anos imediatamente posteriores à aprovação da lei, Eusébio de Queirós e Honório Hermeto Carneiro Leão, dois próceres conservadores, apressaram-se em assegurar que não. Diante de propostas de aprofundar uma legislação que regulasse as relações entre senhores e escravos e que limitassem a escravidão, apontando para seu fim em futuro não imediato, mas previsível, Carneiro Leão defendeu que as leis e os costumes que garantiam a escravidão ainda deviam perdurar por séculos no país. Eusébio, por seu turno, já justificara antes a proibição do tráfico como medida que, além de ser salutar diante da enorme presença africana que se avolumava e comprometia a ordem pública, extirpava a ameaça de que a grande propriedade passasse para as mãos dos traficantes, com quem os senhores se endividavam. Carneiro Leão era direto na defesa dos interesses escravistas, Eusébio tergiversava: nem a ameaça africana era tão grande, nem os senhores encontravam-se tão endividados¹³. Os dois temas, no entanto, lhes eram caros. Não por coincidência Honório era ele mesmo dono de uma grande propriedade escravista em Sapucaia, divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais. Igualmente Eusébio era casado com a filha de uma grande proprietária de Vassouras, esposa em segundas núpcias de José Clemente Pereira. Mas, a atuação de Queirós e Carneiro Leão nesse momento expressava muito mais que sua

¹² Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

¹³ Discursos de 16 de julho de 1852 e 26 de maio de 1855, *Anais da Câmara dos Deputados*.

ligação direta e pessoal com a grande propriedade escravista, ainda que este fato não deixe de ser importante. Ela assinalava sua atuação como dirigentes, intelectuais nas palavras de Antonio Gramsci, de todo um grupo social, a classe senhorial. Intelectuais porque, voltados para a política, moldavam os interesses gerais, de longo prazo, não apenas imediatos, corporativos, específicos e individuais dessa classe. Interesses gerais e de longo prazo que, por sua vez, só existiam como tais a partir de sua ação e de sua conformação por estes intelectuais no plano do Estado e da política. Interesses que, neste momento, tornavam-se interesses dominantes e, ainda pela ação de intelectuais como Eusébio e Carneiro Leão e outros, se expressavam como visão de mundo, como hegemonia.

Concretamente, a direção saquarema do partido conservador, naquele momento crítico de 1850, conduziu um recuo inevitável diante da pressão britânica, sem comprometer a ordem escravista. A mensagem de 1850 e do que se seguiu foi clara: ninguém mais mexeria na escravidão. Com a lei de terras, a grande propriedade da terra estava assegurada e, se necessário, podiam ser exploradas alternativas imigrantistas, caso houvesse carência de mão de obra. A preeminência social dos fazendeiros estava estabelecida; a relação de dependência entre o Estado imperial e a classe, soldada.

A história de Vassouras e de suas principais famílias, entre elas os Gomes Ribeiro de Avelar, esteve indissolúvelmente ligada a esse processo histórico geral brevemente descrito. Em 1833, em meio a disputas pelo poder local, as quatro grandes famílias acima mencionadas promoveram a criação da vila de Vassouras e a transferência da sede do município para lá, em detrimento da vila mais antiga Paty do Alferes. O movimento foi liderado pelos Teixeira Leite e pelos Correia e Castro, que tinham terras e interesses em Vassouras, mas foi apoiado pelos Lacerda Werneck e pelos Ribeiro de Avelar, que eram proprietários na região de Paty.

A partir desse momento, essas quatro famílias, bem como aquelas de seus compadres e aliados, como os Furquim de Almeida e os Avelar de Almeida, dominaram a política local até pelo menos a década de 1870. Além disso, tiveram grande influência na política provincial e junto ao governo geral. No plano municipal, em 1832, criaram a Sociedade Promotora da Civilização e Indústria da Vila de Vassouras. Na década de 1840, começaram a se reformar as antigas casas de morada ou mesmo a se construir novas casas de vivenda nas fazendas. Laureano Correia Castro, barão de Campo Belo, por exemplo, teria chamado o engenheiro alemão Koeler para reformar a sede de sua fazenda do Secretário. A casa ficou pronta em 1844 e causou viva impressão em Charles Ribeyrolles, quando de sua visita à região em 1858. Nesse meio tempo, a vila também passava por melhoramentos incentivados pela Câmara Municipal. Em 1848, o imperador visitou a região e a vila, onde foi recebido na casa de Pedro Correia e Castro, irmão de Laureano e que, em dezembro do mesmo ano, receberia seu título barão de Tinguá. A partir daí, passou a ter lugar o grosso das

concessões de títulos a potentados locais. Em 1853, a igreja matriz da vila ficou pronta. Em, 1849, iniciou-se a construção da nova sede da Câmara Municipal, só concluída em 1872. Ergueram-se ou reformaram-se algumas residências urbanas que ostentavam grande luxo, como, por exemplo, o palacete do barão de Ribeirão. Em 1857, Vassouras foi elevada à condição de cidade¹⁴.

Tudo isso foi obra da geração de grandes senhores, alguns descendentes de grandes proprietários já residentes anteriormente na região. No começo da década de 1860, no entanto, essa geração estava em vias de desaparecer. Entre 1860 e 1865, além do próprio barão de Guaribu, faleceram ao menos 14 grandes senhores de escravos, para contar só os megaproprietários, considerando-se os inventários encontrados e outros dados genealógicos. Destes, quatro eram barões: Laureano Correia Castro, barão de Campo Belo em 1854, proprietário da fazenda do Secretário, fundador da vila de Vassouras, falecido em janeiro de 1861; Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes em 1852, cunhado de Guaribu, proprietário, entre outras, da fazenda da Piedade, fundador da vila de Vassouras, falecido em novembro do mesmo ano; Joaquim Ribeiro de Avelar, barão de Capivari, em 1846, tio de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, membro da primeira Câmara Municipal, dono da fazenda Pau Grande, falecido em 1863.

Foram distintas as inserções sociais e políticas desses barões, ainda que com um traço em comum: todos permaneceram residindo em suas fazendas, não possuindo, ao que se saiba, residências urbanas. Werneck foi o que mais laços estabeleceu com a política provincial e imperial, tendo sido comandante da Guarda Nacional na região. Tinha articulações com os saquaremas, especialmente com Eusébio de Queirós. Participou ativamente da contenção da revolta liberal de 1842 no Vale¹⁵. O barão de Guaribu, por seu turno, sempre restringiu sua atuação a suas propriedades e, eventualmente, ao plano local. A própria sede de seus domínios, a casa de vivenda da fazenda Guaribu, não tinha grandes requintes arquitetônicos e ainda lembrava as antigas sedes coloniais de fazendas.

Os bens do barão: origens

Cláudio não era casado e não tinha filhos, ao menos reconhecidos. Seus herdeiros, portanto, seriam seus irmãos. Entretanto, como ele não tinha cônjuge, podia legalmente dispor de todos os seus bens. Assim, distribuiu através do seu testamento, diversas quantias de pequena monta entre sobrinhos e afilhados. Outras, deixou a irmandades e confrarias a que

¹⁴ Magno Fonseca Borges, *Protagonismo e sociabilidade escrava na implantação e ampliação da cultura cafeeira – Vassouras – 1821-1850*, dissertação de mestrado, Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2007.

¹⁵ Jeffrey Needell, *The Party of Order. The Conservatives, the State, Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*, Stanford, Stanford University Press, 2006; Ana Maria Mauad e Mariana Muaze, *A escrita da intimidade: diário da viscondessa de Arcozelo*, em Angela de Castro Gomes (org.), *Escrita de si, escrita da história*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

pertencia. Reservou valores para que se rezassem capelas por sua alma, assim como pelas almas de seus irmãos e de seus escravos já falecidos. Também mandou rezar capelas pelas almas do purgatório. O barão declarava ainda que...

... os bens que possuo são as Fazendas de Guaribu, Antas, Boa União, Encantos e Guaribu Velho, com todas as terras e benfeitorias nelas existentes, escravatura, tropa, gado, diversos trastes e obras de prata (...). Declaro que tenho transação de negócio com diversas pessoas, tanto de débito como de haver, as quais se por ventura eu não liquidar, serão afinal liquidadas por meu testamenteiro com as formalidades legais.¹⁶

A quantia que esses bens representavam em 1863 era impressionante: 1.127:858\$700, tirando as dívidas que eram, segundo ele, negócios de pouca monta¹⁷. Pelas quatro propriedades – estamos considerando a Guaribu e a Guaribu Velho como uma só – estavam listados 835 escravos: 444 na Guaribu, 305 na Antas, 80 na Encantos e 6 na Boa União. Esses escravos, em conjunto, representavam 62,1% de sua fortuna. As terras representavam 13,5%, os cafezais, 11,9% e cafês em coco, 5,7%. Os pouco menos 7% restantes estavam distribuídos em construções diversas, pratas, animais, instrumentos de trabalho, máquinas e ferramentas.

Para entender como essa fortuna fora amealhada, é necessário retroceder no tempo e avaliar sua formação, juntamente com a casa de Guaribu e com a cultura do café na região.

Quanto a este último aspecto, um inventário de 1812 nos ajudará a fazer isso. Trata-se do inventário de Francisca Laureana das Chagas Monteiro, esposa de Inácio de Souza Werneck. Francisca e Inácio foram os pais de Ana Matilde Amélia Werneck, casada com Francisco Peixoto de Lacerda, e avós Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, barão de Paty do Alferes, a quem acima nos referimos. Francisca faleceu em 1812. Neste momento, Inácio procedeu ao inventário dos bens do casal. A data é importante porque neste momento estavam sendo distribuídas sesmarias pela região em larga escala. Por tudo isso, por sua riqueza descritiva em alguns detalhes e por um processo de verossimilhança, o inventário de Francisca Laureana pode nos ajudar a melhor entender como se deu a formação da grande cafeicultura escravista do médio Vale do Paraíba.

De seus bens, constavam extensas braças de terra, um conjunto de edificações, que, em sua grande maioria, eram modestas, com cobertura de capim. Havia um engenho para moer mandioca, cana e utensílios para o fabrico de aguardente. Ainda estavam listados e avaliados alguns animais, entre porcos e galinhas. Embora se tenha autodenominado sitiante na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Serra Acima, Inácio detinha uma grande porção de terras, que ultrapassavam nove mil braças quadradas. Da estrutura produtiva descrita no inventário, pode-se ver que estas terras eram utilizadas para a produção de alguns gêneros,

¹⁶ Testamento de Cláudio..., CDH.

¹⁷ Inventário de Cláudio..., CDH.

como a farinha de mandioca, e o principal deles, açúcar e aguardente¹⁸.

A aquisição de tantas terras havia acontecido em parte por concessão em sesmaria, em parte por compra em resta pública. Inácio Werneck iniciara o processo de ocupação destas terras a partir de uma missão específica determinada pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza em 1789. Essa missão era “abrandar e aldear” os grupos indígenas que ocupavam a região. Inácio não estava sozinho nesta tarefa. Em 1800, José Rodrigues da Cruz, um dos sócios da Casa do Pau Grande, com negócios na praça do Rio de Janeiro, também estava envolvido na incumbência de domesticar estes indígenas.

Aos poucos, ia mudando o perfil da ocupação econômica e demográfica do território, ou, ao menos, a sua intenção. Quando da abertura do Caminho Novo para as Minas, a partir do início da segunda década do XVIII, emergiram um conjunto de pequenos sítios e posseiros, a margearem o caminho e suas variantes com pequenos pousos e tabernas; a servirem aos que se deslocavam no eixo do Rio de Janeiro a diversos povoados e vilas na região das Minas Gerais. A partir da segunda metade do século, já se podem encontrar algumas grandes unidades de produção de açúcar e aguardente, assim como de carnes e outros mantimentos, voltadas tanto para o mercado externo, quanto para o abastecimento interno, principalmente do Rio de Janeiro.

Na última década do século XVIII, a saída de Santo Domingos do mercado mundial de açúcar e café, ocasionada pela revolução dos escravos no contexto da Revolução Francesa e dos conflitos internacionais dela decorrentes, impulsionou ainda mais a ocupação das terras de Serra Acima. Em trabalho monográfico, Luís César de Oliveira Santos, usando como informação as descrições da região de Monsenhor Pizarro, de 1795, e de D. Caetano, de 1813, identificou que, embora a região fosse parcamente ocupada nos dois momentos, houve um crescimento populacional médio de 3,41% ao ano. Ou seja, no intervalo de 18 anos, a população foi ampliada em 61,45%¹⁹. A implantação de unidades produtoras de açúcar era a grande responsável por isso. Em 1816, o viajante Saint-Hilaire, de passagem para Minas, ficou impressionado com as dimensões do complexo produtivo, basicamente voltado para o açúcar, das fazendas Pau Grande e Ubá, pioneiras na região²⁰.

Do conjunto de bens listados por ocasião do inventário da esposa de Inácio de Souza Werneck, como verificado acima, a grande maioria estava voltada para produção do açúcar. Eram, entre outros, “um engenho de moer cana que trabalha com água com três lances em um dos quais se acha um sobrado”, escumadeiras, tachos de cobre – alguns já bem arruinados e outros em bom uso, denotando tanto a larga utilização, como o investimento na renovação

¹⁸ Inventário de Ana Matilde Amélia Werneck, CDH.

¹⁹ Luís César de Oliveira, *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Serra Acima, 1800-1810*, monografia de final curso, Departamento de História, USS, 2008.

²⁰ Auguste Saint-Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a São Paulo e a Minas Gerais, Belo Horizonte, São Paulo*, EdUSP, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

dos utensílios –, destilador, esfriadeiras²¹.

O inventário já apresentava uma modesta roça de café, recém-plantado, avaliada pela pequena quantia de três mil reis. Um nada, se comparado às trinta e nove arrobas de açúcar, avaliadas cada uma a mil e duzentos réis, perfazendo o total de quarenta e seis mil e oitocentos réis²². A partir deste dado, pode se ter como marco do início da cultura do café na região, em escala modesta, os primeiros anos do século XIX. Ainda na segunda década, o açúcar era amplamente predominante. Inventários de grandes fazendas mais antigas, que remontavam sua origem ao século XVIII, como a Guaribu, inventariada em 1839, e a Freguesia, inventariada em 1840, corroboram esta conclusão. Nestes inventários, de unidades produtoras então já principalmente dedicadas à produção de café em larga escala, ainda se encontram as antigas moendas, engenhos e até formas de açúcar, além de maquinário para o fabrico da aguardente²³.

Neste ponto, podemos retomar a história da fazenda do Guaribu, que se insere exatamente nesse processo de passagem da cultura e produção da cana para a produção de café. Suas origens estão ligadas à fazenda Pau Grande, que pertencia à Companhia Avelar e Santos, pertencente a Antônio Ribeiro de Avelar, seu irmão José Rodrigues Cruz e ao cunhado Antônio dos Santos. Antônio Ribeiro de Avelar chegou a ser arrolado no auto de devassa da Conjuração Mineira, o que o teria levado a se retirar para as terras da fazenda. Dois anos depois, ele veio a falecer. Neste mesmo ano, sua viúva, Antônia Maria da Conceição, deixou a cidade do Rio de Janeiro e se mudou definitivamente, com os filhos, para a Pau Grande. Sua filha Joaquina Matildes de Assunção casou-se com seu primo paterno, Luís Gomes Ribeiro²⁴.

O casal passou a residir na Pau Grande junto com a sogra e seus demais filhos. Luís tornou-se o administrador da fazenda. Em pouco tempo, comprou as partes pertencentes a Antônio dos Santos e João Rodrigues da Cruz. Em 1811, fez construir ou reformar a casa de morada, dando origem a um grande sobrado, em estilo casarão que marcou inúmeras fazendas de café, mas já com traços neoclássicos, que tanto impressionou Saint-Hilaire em 1816. Tratava-se de uma ampla construção dividida em duas alas separadas por uma capela no centro de proporções razoáveis. Luís e sua família habitavam em uma das alas e a sogra e seus filhos, na outra. Entretanto, desde 1811, haviam começado os desentendimentos entre a sogra e seu filho Joaquim Ribeiro de Avelar, por um lado, e Luís pelo outro. Joaquim, nesta altura estava com 20 anos e queria ter mais voz, se não o mando, nos negócios da família²⁵.

²¹ Inventário de Francisca das Chagas..., CDH.

²² Idem.

²³ Inventário de Luís Gomes Ribeiro e inventário de Manoel Francisco Xavier, CDH.

²⁴ Mariana Muaze, *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil imperial*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

²⁵ Idem.

O fato de que, neste momento, se intensificava a ocupação da região, com novas doações de sesmarias e ampliação das existentes, ainda na esteira da expansão da produção de açúcar para mercado mundial e com a vinda da corte para o Rio de Janeiro, talvez tenha contribuído para acirramento das disputas entre Joaquim e o cunhado. Em 1817, deu-se o rompimento da Sociedade do Pau Grande. Luís Gomes Ribeiro, com a esposa e filhos, deixou a propriedade e passou a residir na fazenda do Guaribu, um desdobramento da própria Pau Grande. Apesar do rompimento da sociedade, estes conflitos não significaram a ruptura dos laços familiares entre o ramo da família que permaneceu na Pau Grande e aquele que se deslocou para a Guaribu.

Essa apartação reproduzia um processo comum de ocupação das terras na região. Por um lado, esse processo podia ocorrer por incorporação de novas terras, muitas delas virgens, ao domínio de um mesmo senhor ou clã familiar. Esse foi o caso da formação da casa de Pau Grande. Esse tipo de expansão, normalmente ainda que não de forma exclusiva, foi mais comum no momento de ocupação do território. Por outro lado, a ocupação de terras ocorreu também, como foi o caso da Guaribu, por divisão no interior de um mesmo clã e a formação de novos ramos familiares e novas casas. De um modo ou de outro, esse processo trouxe um dado importante no que toca a formação das grandes propriedades rurais. Um grande senhor de terras e escravos, muitas vezes não era o detentor de apenas uma unidade agrária. À medida que uma propriedade crescia em número de pés de café plantados, a expansão se dava pela aquisição ou uso de outro conjunto de terras, geralmente próximas à sede anterior, mas entremeada por outras propriedades. Assim, se consolidou um padrão de ocupação da terra semelhante a uma grande colcha de retalhos, onde grandes unidades eram vinculadas entre si pela propriedade e administração centralizada, mas, algumas vezes, espacialmente separadas por outras unidades, normalmente menores. Tudo isso promovia constantes deslocamentos por terras, busca de alianças, pressões por compra, inimizades, etc.

Foi neste quadro que os negócios da Guaribu e da família de Luís Gomes Ribeiro, entre sua saída da Pau Grande, em 1817, e sua morte, em 1839, migraram para o café. E, com essa migração, se expandiram consideravelmente, seja em termos de aquisição de novas terras, seja por sua subdivisão em um conjunto maior de propriedades. Vejamos.

Do consórcio entre Luís Gomes Ribeiro e Matildes de Assunção, nasceram 13 filhos, seis meninas e sete meninos. Todas as filhas se casaram com parentes e aparentados, ou com membros de respeitadas famílias, que exerciam forte poder político, econômico e/ou militar. O mais notável desses casamentos foi o de Maria Isabel com Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, filho de Ana Matilde Amélia Werneck e Francisco Peixoto Lacerda, como vimos há pouco. O futuro barão de Paty do Alferes logo se tornou um dos principais proprietários e chefe político da região. Maria Isabel casou-se cedo, em 1823, como era comum, e no ano

seguinte, com 16 anos, teve seu primeiro filho. Nesta altura, Lacerda Werneck já ocupava uma posição proeminente, tendo apoiado ativamente o “partido brasileiro” na época da independência.

Cláudio, nosso personagem principal, devia ser o filho mais velho de Luís e Matildes, ou o segundo a ter nascido. Em seu testamento, redigido em 1829, Luís nomeou, como seus testamenteiros, a esposa, em segundo lugar seu filho Francisco e, na ausência de ambos, Cláudio. De acordo com a idade que declarou em seu testamento, Cláudio teria nascido em 1800. Contudo, como nasceu no Rio de Janeiro e em 1800 seu pai já vivia na fazenda Pau Grande, é muito provável tenha nascido antes. De qualquer forma, na altura em que Luís redigiu seu testamento, já era homem feito e de certa importância. Em 1833, quando da formação da primeira Câmara Municipal de Vassouras, foi eleito vereador. Já seria então ele mesmo um proprietário de terras e escravos? Provavelmente. Como adquirira essa propriedade? Fora-lhe passada às mãos por doação paterna ou fora por ele comprada? Não há como saber ao certo. O fato é que, como seus irmãos, entre os anos de 1830 e, no máximo, na primeira metade dos anos de 1840, ele se tornou um grande proprietário²⁶.

Francisco era comerciante e na ocasião do testamento já devia estar estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, ainda que também possuísse terras. Nesta praça, cuidava de negociar as mercadorias produzidas pela Guaribu e outras fazendas. Outro irmão, Antônio Gomes Ribeiro, à mesma época já era senhor da fazenda do Mato Grosso, onde se deu parte do inquérito do caso Manoel Congo, em 1839. Paulo Gomes Ribeiro ainda não deixara a casa paterna. Era o administrador da Guaribu e também do sítio dos Encantos. Viria a se tornar proprietário da fazenda São Luís, que provavelmente passou a suas mãos quando se casou com sua ex-cunhada, Feliciano José de Carvalho Avelar, viúva de seu irmão Francisco.

A Guaribu era a origem e o centro de todo esse complexo de propriedades familiares. No final da década de 1830, era uma fazenda de grande estrutura. De acordo com o inventário de Luís, aberto em 1841, dois anos após sua morte, tinha 244 escravos e uma grande quantidade de instrumentos agrícolas: 127 enxadas, 9 foices, 21 foicinhas, 20 machados. Tinha toda a tralha necessária para equipar tropas de muares e grande quantidade de ferramentas de pedreiro, ferreiro e carpinteiro. Eram duas casas de vivenda, sendo uma provida de quarto de hóspedes. Uma casa de recolher café, uma casa de engenho com pilões de oito mãos, um paiol de sete lances, dois moinhos e um engenho de serrar. Era dotada ainda, e diga-se que isto não era comum na época, de uma olaria com forno de cozer telhas e um engenho para fabrico de açúcar e aguardente. A fazenda, que fazia rumo com as do Pau Grande e Ubá, tinha 119 mil pés de café²⁷.

²⁶ Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles, op. cit.

²⁷ Inventário de Luís Gomes Ribeiro, CDH.

Se a estrutura da Guaribu em 1839 já era de admirar, vale lembrar que se tratava de uma unidade de moradia e produção com início ou ampliação de suas atividades a partir de 1817. O sítio dos Encantos era uma propriedade mais recente. Em seu testamento, de 1829, Luís declarava ter “dado à minha mulher voluntariamente trinta escravos para roteação e cultivo de um sítio denominado Encantos”²⁸. Rotear a terra significava limpar o terreno de sua vegetação rasteira, que não era destruída com a derruba e queimada da mata. Na década seguinte, sob a administração de Paulo, ainda um rapaz de seus 20 anos, a propriedade se transformou em uma grande unidade de produção. Pelo inventário de Luís Gomes Ribeiro, sabemos que tinha então uma casa de vivenda, paiol, moinho tocado por água, com engenho de pilões e ventilador para secar café. Havia ainda um engenho de farinha de mandioca movido por roda d’água, uma casa de máquinas e nela um moinho tocado por tração animal (usavam-se bestas para este fim). Para o trabalho no eito, contava com 103 escravos. Cento e nove mil pés de café estavam plantados, quase o mesmo número da Guaribu²⁹.

A Encantos pode ser tomada quase como uma propriedade “modelo” do ponto de vista da implantação da cultura do café na região do médio Vale, especialmente em Vassouras, Valência e adjacências. Diferentemente da Guaribu, não sofrera qualquer transformação ou adaptação de atividades anteriores, para a produção de café, caso da própria Guaribu e de propriedades mais antigas, como a Pau Grande, a Ubá e a Freguesia. Pelo número de pés de café aproximado com o da fazenda Guaribu, no entanto, pode se dizer que o cultivo da rubiácea começou mais ou menos na mesma época nas duas unidades³⁰. Esse processo de implantação foi longo, complexo, custoso e envolveu riscos financeiros de porte. Vale a pena se deter sobre esse ponto com um pouco mais de vagar, uma vez que ele traz importantes consequências de ordem historiográfica.

A terra era preparada para o cultivo através do desmatamento e destocamento. A primeira operação era realizada a machado e fogo. As melhores e maiores árvores eram derrubadas e a madeira, que não fosse imediatamente utilizada nas demais construções da fazenda, era armazenada para uso futuro. Depois disso, restava ainda realizar a retirada dos grandes tocos com raízes e da vegetação rasteira. Tratava-se do roteamento, ou, como escreveu Luís em seu testamento, da “roteação” da terra. Essa tarefa era penosa e demorada. Por isso ele designara 30 escravos para sua realização no sítio dos Encantos. O terreno estava, então, pronto para o plantio das mudas. A formação ou ampliação dos cafezais, em escala comercial, se dava através do reconhecimento dos melhores pés de café e da retirada de suas

²⁸ Testamento de Luís Gomes Ribeiro, CDH.

²⁹ Inventário de Luís Gomes Ribeiro, CDH. Ricardo Salles e Magno Fonseca Borges, Vassouras – 1830–1850: poder local e rebeldia escrava, em José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria B. P. das Neves (org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

³⁰ Inventário de Luís Gomes Ribeiro, CDH.

mudas para replantio, e não através de sementes. Sabemos desse fato por um processo criminal de 1840, envolvendo escravos da Guaribu, onde foi mencionado que alguns cativos estavam saindo da senzala, na parte da manhã, para a função de retirada das mudas de café³¹. O cultivo por mudas e não por sementes produzia melhores resultados, mas era muito mais trabalhoso e dispendioso, por ser um processo mais delicado, que requeria mão de obra dedicada a esse fim. Além de cultivá-las, havia que transportá-las de forma cuidadosa para lhes garantir sobrevida até o lugar do plantio. Esse era feito em linhas traçadas e esquadrinhadas perpendicularmente aos morros ou, mais raramente, em curvas de nível. Lá elas eram colocadas cuidadosamente em covas previamente preparadas, com largura e profundidades suficientes para garantir o crescimento da planta. Após o plantio da muda no solo, era necessário uma série de outros cuidados, que iam da rega à proteção contra as formigas cortadeiras, que proliferavam e atacavam, de forma voraz, quando a mata era levada ao chão ou queimada.

Até a época da primeira colheita do café em escala comercial, ainda que com pequeno retorno, transcorriam cinco anos. Se tudo desse certo, valia a pena. O pé de café era um bem de capital, que renderia frutos todos os anos numa curva de aproximadamente vinte anos, quando começava seu envelhecimento e sua queda acentuada de produtividade. Na mesma época em que no médio Vale se implantava a cultura do café, tratados agrícolas que circulavam no reino das Duas Sicílias recomendavam a substituição da cultura de grãos pelo cultivo de árvores perenes, mais lucrativas no mercado mundial e que tinham valor intrínseco. Essas culturas perenes passavam a constituir um importante ativo, além de render periodicamente com a colheita de seus frutos. Ainda de acordo com esses tratados, essa era uma forma de adaptar a atividade agrícola às novas condições de expansão do mercado mundial, promover a civilização nas áreas rurais e modernizar a propriedade agrícola de grande porte, capaz de produzir em escala comercial³².

Com ou sem conhecimento direto dessa recomendação e prática que embasavam a expansão do cultivo de oliveiras e a produção de azeites pelo sul da península italiana, era isso que se estava fazendo com o café no vale do Paraíba.

E com enorme sucesso.

Acumulação de capital escravista

Tudo isso é fundamental para entender a trajetória de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, absolutamente interligada com a implantação, expansão e apogeu da cultura escravista

³¹ Processo Criminal. Homicídio, 1840. A justiça (a); José Crioulo (réu); Esperança (vítima), CDH.

³² Marta Petrusiewicz, *Latifundium. Moral Economy and Material Life in a European Periphery*, Michigan, The University of Michigan Press, 1999; Enrico Dal Lago, *Agrarian Elites. American Slaveholders and Southern Italian Landowners, 1815-1861*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2005.

do café na região. Mas, é mais importante ainda para entender o caráter absolutamente moderno e voltado para lucro de sua trajetória, assim como a dos outros potentados do café no mesmo período.

Entre 1817, quando abandonara a fazenda Pau Grande junto com o pai, e 1833, quando foi um dos vereadores da Câmara de Vassouras, é quase certo que Cláudio já tivesse constituído sua própria plantation, provavelmente a fazenda das Antas. O fato é que, em 1839, já havia conseguido promover acumulação suficiente para figurar no inventário do pai, como seu único credor. Os investimentos realizados por Luís Gomes, possivelmente na transformação do sítio dos Encantos em fazenda de alta produtividade, dotada de inúmeras benfeitorias e equipamentos, demandara investimento de capital. É possível que Luís tenha obtido o dinheiro junto a seu filho. De qualquer forma, o fato é que em seu inventário, todos os seus herdeiros reconheceram que o casal tinha uma dívida de 46:223\$934 para com Cláudio³³.

Era um montante significativo, ainda que perfeitamente pagável, como se verá. Representava cerca de ¼ do monte total do inventário de Luís. Se agregarmos ao valor do monte, o conjunto de bens pertencentes ao casal que Luís havia disposto e distribuído ainda em vida, sua terça, podemos estimar que ele fora capaz de acumular uma fortuna aproximada de uns 350 contos de réis. Portanto, no que diz respeito à sua dívida com Cláudio, ainda estamos falando de um valor superior a 10% de todos os bens do casal Gomes Ribeiro. Para poder dispor deste valor para emprestar ao pai, é porque Cláudio já havia amealhado bens e fortuna consideráveis, talvez até superiores à fortuna acumulada pelos pais.

Mas, o mais interessante dessa dívida entre pai e filho, do ponto de vista da historiografia, está em como ela foi incorporada, tratada e paga na partilha. A começar com uma afirmação no auto de partilha de que também não entravam...

...em monte os trinta e seis contos, trezentos vinte seis mil, seiscentos e trinta reis (36:326\$630), que declara o inventariante a folhas vinte e sete verso, de ter havido de rendimento líquido nas Fazendas, como das contas folhas quarenta, e folhas quarenta e duas, por terem sido dados por conta de quarenta e seis contos, duzentos e vinte e três mil, novecentos trinta e quatro reis (46:223\$934), que o casal comum devia ao herdeiro Claudio Gomes Ribeiro de Avelar, como da declaração folhas trinta e nove, comprovada com o requerimento mandado, e quitação folhas; e por isso só a quantia restante de nove contos, oitocentos, novecentos. Digo de nove contos, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e quatro reis (9:897\$304). E que se atende na presente partilha ao dito herdeiro.³⁴

Ao apresentar a cobrança no inventário, todos os herdeiros foram unânimes em concordar com a veracidade da dívida. José Gomes Ribeiro de Avelar, no entanto, mesmo reconhecendo a dívida, fez a exigência que a mesma não fosse paga com bens do casal. Leia-se: escravos e terras. Dizia ele: “Pague-se sim. Mas não com os bens do casal; porquanto o

³³ Inventário de Luís Gomes Ribeiro, CDH.

³⁴ Idem.

casal não está em circunstâncias de lançar mão de bens para pagar dívidas...³⁵.

Algumas conclusões podem ser tiradas de tudo isso. Em primeiro lugar, é provável que Cláudio quisesse que sua dívida fosse paga exatamente com terras e, principalmente, escravos. Essa conclusão é reforçada pelo fato de que ele, diante da impossibilidade disso acontecer dada a interdição de José, pôs-se a comprar, total ou parcialmente, a parte em escravos que cabia a cada um dos demais herdeiros, seus irmãos.

A segunda conclusão que se impõe com a história da dívida entre Luís e Cláudio é sobre a lucratividade excepcional de uma fazenda de café no final da década de 1830. Somente a safra de 1839 rendera líquido, isto é, descontados os gastos com transporte e comissões para fazer chegar e vender o café no Rio de Janeiro, mais de 36 contos de réis! O que correspondia a cerca de 10% do total dos bens de Luís Gomes Ribeiro e sua esposa. Que outro investimento poderia dar tamanha rentabilidade no Brasil imperial de então? Não admira que Cláudio preferisse escravos e terras na hora de receber sua dívida. Cai por terra, aqui, a tese do arcaísmo como motor principal do investimento em escravos e terras. Plantar, colher, beneficiar e vender café Serra Acima dava um retorno superior, ou ao menos comparável, a qualquer outra atividade disponível no mercado brasileiro, e talvez até atlântico.

O cálculo e a decisão de Cláudio de investir em escravos, terras e café deram certo. Em um espaço de 24 de anos entre a morte de seu pai e a sua, ele acumulou uma fortuna cinco vezes maior, ao menos em termos nominais, do que o monte do inventário de seu pai. A principal razão para isso estava na evolução dos preços dos escravos neste período. Em média, ele evoluiu de cerca de 250 mil réis em 1839 para quase um conto de réis em 1863³⁶. Ou seja, eles quase quadruplicaram no período. Essa alta de preços, se teve um grande fator impulsionador com o fim do tráfico em 1850, já vinha de antes, iniciando-se exatamente no começo da década de 1840. Ela refletia, em um momento de recrudescimento do tráfico, a valorização dos negócios do café como um todo. A evolução das exportações de café brasileiro no mercado internacional explicam por que os senhores do Vale, e com eles, o governo imperial, apesar da proibição legal de 1831, da pressão inglesa e do aumento dos preços dos escravos, mantiveram o tráfico aberto e mesmo o ampliaram. Entre 1823 e 1870, as exportações brasileiras saltaram de 13.560 para 208.250 toneladas métricas. Isso apesar, ou por conta, da constante queda de preços do produto, em parte compensada pela valorização cambial, que se prolongou até 1848.

A perenidade da cultura do café e a estabilidade e equilíbrio demográficos dos grandes plantéis, já formados ou em vias de se formar a partir da década de 1850, explicam também porque, mesmo depois de efetivamente extinto o tráfico, a produção escravista de

³⁵ Auto de partilha de Luís Gomes Ribeiro, CDH.

³⁶ Fonte: dados colhidos nos inventários de Vassouras, 1821-1880.

café no Vale permaneceu sendo um negócio extremamente lucrativo, até, pelo menos, o início da década de 1880.

Voltemos à partilha dos bens, e particularmente, dos escravos, de Luís Gomes Ribeiro. A viúva Matildes ficou com 252 dos 411 escravos que pertenciam ao casal. Destes, 90 pertenciam à Guaribu, que tinha 244 escravos no total. Cláudio ficou com 55 cativos. Apenas três não pertenciam à Guaribu. Paulo, que era o administrador da Guaribu e dos Encantos, ficou com 11 escravos. Os demais herdeiros ficaram com grupos que variaram de 4 a 18 cativos³⁷. Em algum momento entre a morte do pai e a da mãe, em 1847, oito anos depois, se não imediatamente após o falecimento do pai, Cláudio assumiu os negócios da família. Em 1847, ele foi o inventariante dos bens da mãe. Possivelmente, neste mesmo período, adquiriu novos escravos. Quando Matildes morreu, ela possuía 200 escravos. A comparação com os 252 que lhe couberam do inventário de Luís, em 1841, representa uma perda de 1/5 do plantel. Uma perda muito significativa para que tenha sido causada por mortes, ainda que isso não fosse impossível. Talvez tenha doado ou vendido alguns desses escravos, eventualmente a Cláudio. Em seu testamento, ditado no Rio de Janeiro, em 1841, ela já o fizera legatário da terça parte de seus bens de que podia dispor livremente. Por esse testamento, ditado pouco depois da morte do marido, sabemos também que seu filho Francisco havia falecido, uma vez que não constava entre seus herdeiros e que Joaquina e Luís haviam se mudado para o Rio de Janeiro, onde moravam em uma casa perto do Largo de São Francisco³⁸. Paulo ficara sendo o administrador das fazendas, possivelmente sob a supervisão de Cláudio, que, nesta altura, já tinha sua própria fazenda.

O fato é que Cláudio recebeu, com a morte de sua mãe cerca, de 70 escravos, mais os que lhe cabiam como herdeiro. O fato é que ele seguiu acumulando cativos. Quando morreu, em 1863, possuía 823 escravos, praticamente o dobro da quantidade pertencente a seu pai em 1839. Também as fazendas do Guaribu e o sítio, agora fazenda, dos Encantos haviam passado a suas mãos. A menção em seu testamento à Guaribu Velho faz supor que essa propriedade fora por ele expandida ou passara por reformas. Esse processo pode, inclusive, ter se iniciado ainda durante a vida do pai e administração de Paulo, se lembrarmos que o inventário de Luís menciona a existência de duas casas de vivenda. Além da Guaribu e da Encantos, Cláudio possuía mais duas fazendas que não estavam listadas entre os bens de seu pai, a das Antas e Boa União.

A Guaribu era a sede principal dos negócios do barão de Guaribu. Nela estavam erguidas as edificações mais valiosas, com casa de vivenda e grandes senzalas. Na sua parte do inventário também foram arrolados utensílios de prata. Logo após a listagem de seus bens, o

³⁷ Auto de partilha de Luís Gomes Ribeiro, CDH.

³⁸ Testamento de Joaquina Matildes de Assunção, CDH.

inventário elencava móveis com valor pouco superior a cinco contos de réis, possivelmente pertencentes também à Guaribu. Finalmente, o desejo manifestado por Cláudio de que fosse enterrado na capela da Guaribu, se já estivesse concluída, corrobora esta conclusão. A propriedade era produtiva. Concentrava 444, ou 59,63%, dos escravos do barão e suas terras estavam avaliadas em 41:150\$000, equivalentes a 27,05% do conjunto de terras. O valor de seus cafezais era de 71:060\$000, 52,84% do total dos cafezais³⁹.

A fazenda dos Encantos, com seus 80 cativos, possuía cafezais, avaliados em 13:820\$000, 9,54% do total desse ativo. Possivelmente, ainda tinha terras por cultivar, já que suas terras estavam avaliadas em 36 contos de réis, valor pouco inferior ao das terras da Guaribu. As outras unidades produtoras eram as fazendas das Antas e Boa União, em quase tudo avaliadas em conjunto, o que faz supor que suas terras fossem contíguas. As duas juntas concentravam 311 escravos (33,14% do total). Suas terras equivaliam a 49,30% do valor de todas as terras das fazendas, praticamente o dobro do valor das terras da Guaribu. A Boa União não possuía cafezais ou estes foram avaliados juntamente com aqueles das Antas. Estes tinham seu valor estimado em 60 contos, 44,62% do valor de todos os cafezais.

Sumariando, a Guaribu era a principal propriedade de Cláudio. Concentrava a maioria de seus escravos, seus cafezais eram os mais valiosos, ainda que suas terras não tivessem, proporcionalmente, tanto valor quanto as das demais propriedades. Tomando-se como marcos a ida de Luís Gomes Ribeiro para a Guaribu, em 1817, e a morte de Cláudio, em 1863, a evolução dos negócios desse ramo da família Avelar confundiu-se com a expansão do café. Esta expansão, por sua vez, baseou-se na expansão das terras para cultivo e no incremento dos números da escravaria. Em 1863, como mostra a análise do valor das terras de suas fazendas comparadas com o valor dos cafezais e o número de escravos por unidade de produção, ainda havia terras disponíveis para o plantio na região de Vassouras.

O plantel e a comunidade de plantation

A parte mais valiosa da fortuna de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, seu plantel de escravos, era bem mais que um conjunto bens. Ainda que não se deva perder de vista este fato por um só instante, como não perdiam os contemporâneos. Em última análise, esta era a condição que mais pesava em sua sorte, que limitava suas escolhas demarcava seu alcance, ainda que nunca isoladamente. A condição para que o plantel “funcionasse” era que ele se constituísse, muito rapidamente, em um corpo coletivo de trabalho. Um corpo que deveria “funcionar” de forma perene, ao longo de um período de tempo prolongado, por anos e mesmo décadas. A constituição desse corpo coletivo e perene de trabalho requeria e implicava em sua transformação em uma comunidade de plantation. Os grandes e médios

³⁹ Inventário de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, CDH.

plantéis de cativos, por mais recente e marcada pelo tráfico que fosse sua formação, nunca eram apenas um agrupamento de homens reunidos para o trabalho. Uma parte considerável do tempo dos escravos era dedicada a atividades “sociais” que resultavam em outras clivagens organizativas e sociabilidades que não aquelas ditadas pela produção. Demograficamente, suas idades, procedências, aptidões, condições físicas e mentais, crenças e valores eram diferenciados. Mesmo que houvesse uma predominância de adultos jovens do sexo masculino, em seu meio, havia também a presença de mulheres, crianças e idosos. Laços familiares, mais ou menos estáveis e em maior ou menor número, eram estabelecidos. Esses cativos interagiam entre si, com seus senhores, seus prepostos e com pessoas da comunidade mais abrangente.

Nestas circunstâncias, dizer que os cativos, através de suas vontades, ações, práticas, costumes, crenças e valores, conformavam seu mundo, e mesmo o de seus senhores, não é um exagero. Derivar disso que eles, por estes meios, muitas vezes superassem suas condições sociais pode levar a profundos equívocos. Seu mundo era, antes de tudo, o de seus senhores, ainda que eles também o moldassem, e nele influenciassem, etc. A vontade e os interesses que predominavam nesse mundo era a dos senhores. Entender que os escravos forçavam a vida comunitária em contraposição aos senhores, que só queriam deles extrair sobretrabalho, é uma simplificação ingênua das relações sociais e de poder. O trabalho escravo para existir e produzir requeria e implicava na comunidade de plantation, tanto quanto, durante a vigência do tráfico internacional, requeria e implicava na comunidade africana de origem que seriam escravizados. O africano, que morria socialmente com sua escravização, renascia cativo na comunidade de plantation. E, quando não estava em uma situação imediata de plantation, sua situação condicionada pela economia de plantation e pela sociedade escravista que em torno dela se organizava.

O recrudescimento da escravidão e do tráfico atlânticos, em íntima conexão estrutural com o desenvolvimento do mercado internacional capitalista, a partir da última década do século XVIII, além de seu óbvio impacto econômico, teve implicações de ordem cultural e política. No caso específico que aqui nos interessa, o do que estamos denominando de comunidades de plantation, no Brasil e, mais especificamente na região da Bacia do Paraíba, esse impacto seu deu sobre um chão socioeconômico e cultural preexistentes. Mesmo nas áreas do Vale que foram desbravadas para dar lugar à implantação da cultura cafeeira, onde, portanto, os aspectos da uma dinâmica mercantil e produtiva capitalista foram os determinantes, isso foi feito a partir de práticas e costumes já estabelecidos. Práticas e costumes estes que remetiam a uma inserção secular na produção para o mercado internacional e, em menor escala e de forma subordinada, interno. Práticas e costumes que, igual e não menos significativamente, eram fruto das lutas também seculares entre senhores e escravos, entre traficantes e cativos.

Todo esse complexo socioeconômico e cultural adaptou-se às novas condições de desenvolvimento do mercado histórico internacional capitalista, assim como foi também um dos vetores de sua formação. Em conjunto, esse processo histórico resultou no que Rafael Marquese chamou de dinâmica da escravidão no Brasil. Dinâmica em que alforrias e tráfico eram as duas faces de uma mesma moeda de reiteração das relações sociais escravistas. O cessamento do tráfico, em 1850, afetou essa dinâmica, ainda que em ritmo lento e não mecanicamente. Ela continuou sendo modulada e vivida no interior das relações de forças entre senhores e escravos⁴⁰.

Essas relações de forças e dinâmica socioeconômica eram marcadas, por sua vez, pela cultura e pela ideologia patriarcal-paternalista escravista que caracterizava o *éthos* e o *habitus* senhoriais e condicionava o mundo prático e cultural em que se moviam tanto senhores como escravos. Senhores e escravos, contudo, moviam-se neste mundo de formas e com consequências diferenciadas e desiguais. A constante resistência escrava à escravidão – ideia cara à nova historiografia da escravidão e ao chamado paradigma da agência⁴¹ – ocorria no espaço subalterno delimitado por esta cultura e ideologia. Cultura porque, fruto da interação e dos confrontos entre senhores e escravos, era diversa, plural, complexa, em suas origens e práticas. Ideologia, e ideologia de classe e senhorial, na medida em que essa cultura não era neutra e não afetava ou era vivida da mesma maneira e em iguais condições por todos os agentes. Em seus testamentos, para ficarmos no corpo discursivo em que estamos baseando boa parte de nossa análise, senhores encomendavam missas pela sua própria alma e a de seus parentes mortos, além das almas do purgatório. Também o faziam pelas almas de seus cativos falecidos. Gratidão e mesmo afeto apareciam nas alforrias e benevolências que concediam a alguns e às vezes até muitos de seus cativos. Com isso, salvavam suas almas e aliviavam suas consciências, porque havia uma tensão inerente e constituinte entre sua consciência cristã e a nova concepção liberal e racional de ser humano e a escravidão, mesmo quando esta fosse, e normalmente era, justificada por outros motivos. Com isso também reafirmavam e reiteravam seu papel, posição, autoridade e o mundo escravista, reafirmando seu lugar de patriarcas de uma família social estendida, que incluía seus escravos⁴².

Reconhecer as limitações da agência escrava não quer dizer que estes fossem seres inermes e amorfos, submetidos ao bel-prazer de seus senhores. Tampouco se pode especular sobre se assim fossem, como seria o comportamento dos senhores. Esse seria um jogo

⁴⁰ Rafael de Bivar Marquese, A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX, *Novos Estudos Cebrap*, março, 2006, n. 74.

⁴¹ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, *Cad. AEL*, 2009, v. 14, n. 26.

⁴² Sobre a questão do paternalismo nas relações entre senhores e escravos no Novo Mundo, especialmente no Sul dos Estados Unidos, ver os trabalhos de Eugene Genovese, entre eles, *O mundo dos senhores de escravos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, e *Roll Jordan Roll*, Random House, 1976.

contrafactual e anacrônico. Suas vontades, desejos, costumes, ações, práticas contavam e os senhores sabiam disso, contavam e viviam, bem, com isso, ainda que não sem temores e sobressaltos. Debitar toda e qualquer ação e prática dos escravos na conta de sua resistência é transformar essa noção numa tautologia inócua que nada explica ou especifica. Ações de resistência eram contrárias às normas e aos costumes, ainda que esperadas. Por isso eram punidas, com castigos também previstos e esperados. Mas eram a exceção e não a regra do mundo escravista. Quando isso se invertia, e isso não deixou de acontecer, era a crise das relações escravistas. Crise que, em alguns casos, foi fatal para o poder senhorial.

Tudo isso também não quer dizer que, individual e, mais excepcionalmente, coletivamente, alguns escravos não obtivessem por suas forças, pelas circunstâncias em que viviam, assim como por outros fatores, conquistas efetivas em relação à condição em que se encontravam na sociedade escravista. Isso acontecia e esses ganhos podiam ser significativos. Podiam significar a liberdade e mesmo sua passagem para a condição de um proprietário de escravos. Essas possibilidades, no entanto e como veremos adiante, tinham limites dificilmente transponíveis e eram, via de regra, reforçadoras da ordem escravista, tanto do ponto de vista local quanto geral e institucional.

A formação do plantel de cativos de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar e sua transformação em uma comunidade de plantation, em que ele atuava como senhor e patriarca, foi parte integrante do processo que genericamente descrevemos acima. É possível ter uma ideia de como Cláudio formou seu plantel e como tudo isso aconteceu. Seus primeiros escravos, ainda antes da morte de seus pais, devem ter sido adquiridos principalmente pela compra de africanos novos trazidos pelo tráfico internacional. Alguns ainda antes da primeira proibição deste comércio tráfico, em 1831. Lembremos que, por esta altura, ele já era homem feito e vereador da primeira Câmara Municipal de Vassouras. A compra de africanos pode ter diminuído no interregno do tráfico residual, até, mais ou menos, 1835. A partir daí, as novas aquisições de cativos africanos devem ter sido retomadas em escala ainda maior. Infelizmente, na listagem de 1863 de seus escravos em seu inventário, não constam suas idades, o que poderia confirmar, com mais certeza, esse movimento de formação do plantel.

De qualquer forma, o que se pode perceber é que, entre 1830 e 1850, Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar se valeu fortemente do tráfico internacional para compor seu plantel de escravos. Em 1863, seus escravos africanos eram numerosos e tinham diversas procedências. Foram listados como angolas, benguelas, cabindas, calabares, cassanges, congos, inhambanes, minas, moçambiques, mucenas, monjolos, quilimanes, rebolos, sofalas. Dois foram nomeados como mouros.

Na listagem, constava o ofício de 36 cativos. Como nenhum destes era da roça e todos tivessem ofício especializado, pode se supor que os demais adultos, tanto homens como

mulheres, fossem dedicados ao trabalho no campo, na criação de animais e em outras tarefas da produção. Todos os escravos com ofícios eram homens. Nada menos que 19, ou 52,8% deles, eram casados. Dezesseis eram africanos, 13 de procedência ignorada e sete eram crioulos. Cinco eram capatazes, todos casados, três africanos e dois de procedência ignorada. Nove eram tropeiros, quatro africanos e os demais de procedência ignorada. Seis eram pedreiros, dois crioulos, um africano e os demais sem procedência. Seis eram carpinteiros, quatro africanos e dois crioulos. Dois eram ferreiros, ambos africanos. Constavam ainda um caseiro, um copeiro, um cozinheiro, um do moinho, um enfermeiro, um hortelão, um marceneiro e um mucamo. A não ser provavelmente quando velhos, estes cativos estavam entre os escravos mais valiosos de Cláudio. De seus cinco capatazes, quatro foram avaliados em 1:800\$000 e um, Dionísio, de procedência ignorada, em dois contos de réis. Quatro dos carpinteiros, Germano, inhambane, Faustino, de procedência ignorada, José e Laurindo, crioulos, valiam 1:600\$000. Marcos, marceneiro, de procedência moçambique, estava avaliado em 1:200\$000. Belisário, sem procedência, era o escravo sem ofício mais valioso: 1:800\$000. Outros tantos, com procedências diversas e sem ofício declarado, foram avaliados entre um conto e 1:700\$000 réis.

O conjunto desses dados – origem africana, condição de casado ou envolvido em uma relação estável, ofício e valor elevado – indica que esses escravos não valiam apenas pelo ofício que exerciam. Com a exceção óbvia dos capatazes, os demais escravos com ofícios tinham valores compatíveis com outros cujo ofício não foi listado. Assim, pode-se considerar que própria condição de escravo com um ofício refletia um papel e posição de destaque na comunidade de plantation. O fato de que 52,8% dos escravos com ofício fossem casados, contra 24,1% de todo o plantel, reforça essa hipótese. Estamos diante de algo semelhante ao que Manolo Florentino e Roberto Pinto de Góes chamaram de capital político dos senhores⁴³.

Só que aqui já não se trata de uma coletividade impactada e mexida pela incidência do tráfico atlântico. Lembremo-nos que estamos 1863. A comunidade de plantation que se formara a partir da acumulação escravista de capital – e de escravos –, realizada por Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, era uma comunidade estável, com uma majoritária presença de crioulos em seu interior. Aprofundemos este ponto.

Quando o tráfico internacional cessou ou diminuiu substancialmente, Cláudio lançou mão do tráfico interno para abastecer suas fazendas de mão de obra. Na primeira avaliação, em 1863, havia diversas marcações de escravos provenientes de outras localidades ou províncias no Brasil: 34 baianos, 11 cariocas, um escravo de Iguaçu e três mineiros. Em 1863, a proporção entre cativos africanos e crioulos na formação do plantel estava

⁴³ Manolo Florentino e José Roberto Pinto de Góes, *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

equilibrada. Para 618 dos 823 escravos listados em seu inventário, constava a informação de naturalidade, portanto 75% do total. Destes, 322, representando 52,2%, eram crioulos. Entre os 47,8% de africanos, apenas 43, perfazendo 15%, eram mulheres. Das quais, 14, ou 32,5%, eram casadas ou tinham relações estáveis. Esta proporção era praticamente a mesma, 31,2%, dos escravos africanos casados ou vivendo em uniões estáveis, que eram 79. Apenas cinco mulheres e cinco homens crioulos eram casados. Neste ponto, percebe-se uma notação interessante no documento. Por alguma razão, que não podemos precisar ao certo, diversos casais foram anotados sem que a procedência de um ou dos dois cônjuges fosse especificada. Na maioria das vezes, isso aconteceu com as mulheres. Enquanto 17 homens casados foram listados sem procedência, o mesmo se deu com 79 das mulheres. De qualquer modo, no total, os escravos casados ou vivendo em uniões estáveis eram 199, representando 24,1% de todo o plantel, como dito acima.

Isso mostra que havia claramente estabelecida uma comunidade de plantation estável, principalmente, ainda que não exclusivamente, na fazenda do Guaribu. Mostra ainda que esta comunidade estava em vias de entrar, se já não entrara, em uma fase de crescimento vegetativo positivo. Quatrocentos e sessenta cativos do total, ou 55,6%, estavam inseridos em relações familiares. Eram casais, pais únicos ou viúvos, filhos, órfãos e netos. Somente estas três últimas categorias somavam 261 indivíduos. É bastante provável que outros, já adultos e separados de seus pais, também entrassem neste rol, não sendo, entretanto, listados como tais. A idade mais nova encontrada em 1874 é de 10 anos. Pode ser que os menores não fossem avaliados, ou o fossem com seus pais ou com suas mães. Em 1885, os escravos remanescentes só foram listados a partir do 21 anos de idade. Isso, por um lado, reforça a suposição acima, uma vez que estes escravos teriam nascido depois de 1863. Por outro, mostra que, nesta ocasião, algum outro critério foi utilizado como idade mínima, agora fixada em 21 anos, para a avaliação e listagem.

Apesar de termos as listagens dos escravos do barão de Guaribu nas avaliações de 1874 e 1885, dada a incidência de nomes repetidos e a não existência de sobrenomes entre os cativos, fica muito difícil afirmar que determinado escravo que encontramos na avaliação de 1863 seria o mesmo que encontramos em 1874 ou 1885. O fato de que muitos cativos tivessem idade avançada, acima de 60 anos, sendo 55 deles com mais de 80, em 1885, é um claro indício da estabilidade da comunidade de plantation formada pelo barão de Guaribu. Entre esses escravos idosos em 1885, encontramos Joaquim, inhambane, pedreiro, com 83 anos de idade. É muito provável que fosse o mesmo Joaquim, inhambane e pedreiro, da avaliação de 1863, e o Joaquim, só que então dado como cabinda, com 73 anos, avaliado em 1874. Mas não há como ter certeza.

Poucos são os casos como o de Ventura, cuja trajetória, não sem dificuldades,

pudemos traçar em todos os três inventários. Fazendo o itinerário que percorremos do fim, isto é, de 1885, para o começo, 1863, o encontramos na avaliação de 1885. Um velho capataz da fazenda das Antas, de nação mucena. Constava como tendo 83 anos de idade e sendo casado com Francisca. Seu valor era de 50\$000. Francisca, a quem era atribuída a idade de 80 anos, estava doente e não tinha valor estabelecido. Em 1874, Ventura tinha 72 anos. Já era capataz das fazendas das Antas e Boa União e estava avaliado em 100\$000. Sua companheira Francisca, que então constava como tendo 63 anos de idade, e não 69, como faria supor sua idade declarada em 1885, valia bem mais, 600\$000. Em 1863, Ventura era tropeiro. Devia estar, então, com seus 61 anos, mas como todos os outros cativos não possuía idade declarada na listagem. Foi avaliado em 300\$000, o mesmo valor atribuído à sua companheira Francisca, que podia estar com 52 anos, se levamos em consideração a informação de 1874, ou 59, se a base for o dado de 1885. Tinham ao menos uma filha, Ana, avaliada com um alto valor, 1:200\$000. Tinham ainda duas netas, Maria Francisca e Minervina, avaliadas, respectivamente por 50\$000 e 250\$000.

Quando Cláudio adquirira Ventura? Com quase toda certeza, ele não o herdara do espólio da mãe. No inventário de Joaquina Matildes, de 1847, encontramos um Ventura. Mas ele era de nação cabinda e constava como tendo 21 anos. É improvável que se tratasse do mesmo Ventura, mucena, que parece ter vivido toda sua vida de cativo na fazenda das Antas, ainda que não saibamos desde quando.

Seja como for, o pouco que sabemos da longa vida Ventura e Francisca é que tiveram filhas e netas. Pela lei dos sexagenários, aprovada em 28 de setembro do mesmo ano da última avaliação do inventário do barão de Guaribu, 1885, já seriam legalmente livres. É possível que tenham descido a seus túmulos nesta condição. O fato é que se mostraram capazes de ascender dentro dos limites do mundo das comunidades de plantation.

Outros foram além. É hora de voltarmos ao testamento do barão de Guaribu.

Os dois legados do barão

Cláudio não deixou herdeiros, ascendentes ou descendentes. Podia assim dispor livremente de todos os seus bens. Como vimos, deixou pequenas quantias para diferentes pessoas e mandou realizar diversos serviços religiosos, bem como fez doações a entidades às quais pertencia. Mas ainda sobrava muito, quase tudo. Se não deixou filhos, legítimos ou naturais, como fez questão de frisar, ele instituiu quatro legatários em seu testamento.

Deixo a Manoel Gomes Ribeiro de Avelar, estudante, filho de Maria das Antas e a seus dois irmãos Luís e João, nascidos todos de ventre livre, as minhas Fazendas Boa União, Antas e Encantos, com todas as suas benfeitorias, terras e escravos que nelas existem...⁴⁴

⁴⁴ Inventário de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, CDH.

Prosseguia:

...existindo atualmente na fazenda do Guaribu os escravos Marçal carpinteiro, mulher, filhos e irmãos, Faustino Inhambane, pedreiro, Joaquim pedreiro, Inhambane e família, Albério Inhambane, Thomas Caseiro, Modesto Caseiro, Luiz Inhambane, tropeiro e família, Matheus tropeiro, Messias tropeiro, Antonio Moçambique, tropeiro, Simão Crioulo, Germano Inhambane, cozinheiro, Sabino tropeiro, que são pertencentes a Fazenda das Antas, e que, portanto, fazem parte deste lugar.⁴⁵

Deliberava ainda que 120 escravos da Guaribu deveriam ser deixados aos legatários, conforme os escolhesse Manoel.

A Virgínia, irmã dos legatários, deixava a quantia de trinta contos de réis em dinheiro. Determinava que os bens deixados aos legatários não poderiam ser vendidos ou alienados durante toda a vida. Por morte de um deles, deveriam passar aos irmãos, inclusive Virgínia, a não ser que o falecido possuísse “descendentes legítimos, ou naturais, legalmente habilitados”, que, neste caso, deveriam gozar da herança livremente. O legado de Virgínia deveria lhe ser entregue quando casasse ou se emancipasse.

Cláudio não esqueceu Maria das Antas.

Deixo a Maria das Antas a quantia anual de quatrocentos mil réis, que cessarão logo que seus filhos a sustentarem e vestirem, e além deste legado quero que ela seja sustentada pela Fazenda das Antas, e que não lhe falte o necessário à vida enquanto aí viver, e até que seus filhos tomem conta de seus legados.⁴⁶

Há poucas, se é que há alguma dúvida de que os legatários eram filhos do barão de Guaribu e logo voltaremos a esta questão. Por hora, voltemos ao legado.

Ter passado bens somente para os filhos homens mostra como o código de comportamento patriarcalista e paternalista funcionava na zona penumbrosa que marcava as relações íntimas e afetivas entre os senhores e suas escravas. O sustento da filha Virgínia estava assegurado, tendo ela recebido trinta contos de réis que passariam a suas mãos quando se casasse ou se emancipasse. Virgínia só teria acesso aos bens ou parte deles por herança, em caso de morte de algum dos irmãos.

Maria das Antas ficava em situação semelhante, recebendo apenas um pequeno estipêndio e a recomendação que fosse sustentada pela fazenda das Antas. Nada, tampouco, impedia Cláudio de deixar o legado que destinou a seus filhos não reconhecidos diretamente a Maria das Antas. Ao não fazê-lo, mostrou como o patriarcalismo, que delegava a todas as mulheres um papel subalterno na sociedade imperial, podia ser mais intenso no caso das mulheres escravas, sendo um fator de reiteração da ordem escravista. A existência dos filhos, nascidos de ventre livre, portanto, cidadãos plenos do Império, deixava Maria das Antas, uma liberta, como seu nome e a condição dos filhos deixam entrever, em uma situação social

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

subalterna. Ela permanecia na mesma condição de dependência, sendo protegida por seus filhos, a quem ficava devendo certa obediência.

Os filhos de Maria das Antas eram menores, mas não era ela quem deveria administrar seus legados. Cláudio nomeou como tutor seu primo Joaquim Mascarenhas Salter. Em sua falta, a seu irmão Quintiliano e, ainda na falta deste, a seu outro irmão João, barão de Paraíba. Ao tutor caberia cuidar da criação dos tutelados, de sua educação e da administração de seus bens e dinheiro. A escolha dos tutores e sua ordem denotam algo interessante. Cláudio havia nomeado seus dois irmãos como seus testamenteiros, só que na ordem inversa: primeiro o barão de Paraíba, depois Quintiliano⁴⁷. Nesse caso, parece ter seguido uma ordem de praxe, nomeando os parentes mais próximos e o mais velho em primeiro lugar. No caso da tutoria dos legatários, a escolha obedeceu a critérios diferentes, possivelmente guiados por afinidade e confiança. A primeira escolha recaiu sobre um primo e Quintiliano foi o escolhido como seu primeiro substituto. João e Quintiliano também foram declarados os herdeiros dos bens que restassem, uma vez cumprido testamento.

Pode-se especular sobre essas escolhas, que certamente não eram casuais. A linha de interpretação que seguiremos é que Cláudio, consciente ou inconscientemente, deixou essa vida com dois legados familiares distintos, íntima e inextricavelmente interligados. Um de ordem privada, seu legado propriamente dito, relativo a seus filhos, que ele quis proteger, mesmo que não os tivesse reconhecido como tais. Outro, sua herança, de ordem social, relativo a sua posição na sociedade, determinada pelo *éthos* e pelo *habitus* do grupo social a que pertencia, a classe senhorial.

A ambiguidade e o conflito eram as marcas da relação entre esses dois legados. Não apenas, nem principalmente, porque sempre há defasagem e mesmo conflito entre a pessoa e sua persona. No que diz respeito a Cláudio, essa ambiguidade e conflito diziam respeito às contradições – entre senhores e escravos – que cindiam a própria sociedade imperial em geral e as comunidades de plantation, como a da casa do Guaribu, em particular. Contradições que, para além das violências e dos conflitos cotidianos, eram marcadas também por negociações, acomodações e vivências em comum. Entre Cláudio e Maria das Antas, como em tantos outros casos, tal vivência em comum chegou ao ponto das relações sexuais e afetivas, ainda que sempre desiguais.

Relações sexuais e afetivas entre senhores e mulheres escravas foram corriqueiras ao longo da história da escravidão brasileira. Faziam parte da sua dinâmica. Elas não escapavam da violência social das relações escravistas. Na sociedade patriarcal e paternalista do século XIX, as relações entre homens e mulheres, pais e filhos, senhor e dependentes eram marcadas pela desigualdade entre os papéis masculino e feminino. Mas, não se tratava de

⁴⁷ Testamento de Luís Gomes Ribeiro de Avelar.

patriarcalismo e paternalismo em geral. A escravidão dava o tom dessas práticas. A vontade do senhor prevalecia na escala social. Essa vontade era forte – literalmente – e arbitrária quando se tratava das relações com os escravos. E, entre as vontades senhoriais, estava a vontade sexual.

Mesmo assim, havia limites, não escritos, mas estabelecidos, à vontade senhorial. Limites que derivavam dos costumes e da moral e também da pressão, efetiva ou potencial, exercida pelos escravos sobre seus senhores. O quanto esses limites eram mais estreitos ou mais amplos dependia, em geral, do quadro histórico, institucional e cultural assegurado pela força e pela violência, que instituíra, e constantemente reinstituíra a escravidão moderna. Em particular, dependia das condições em que se davam as relações cotidianas entre determinado senhor e seus escravos no plano local, num momento específico. Relações sexuais entre senhores e escravas podiam ser estáveis ou ocasionais. Normalmente eram relacionamentos extraconjugais, mais ou menos assumidos e abertos à curiosidade e ao comentário públicos.

Algumas desses relacionamentos deixaram vestígios na documentação. Como aconteceu com América, escrava do barão de Capivari. O barão era ninguém menos que Joaquim Ribeiro de Avelar, irmão de Joaquina Matildes de Assunção, tio de Cláudio e pivô da crise que acarretara a ruptura da sociedade entre Luís Gomes Ribeiro e sua sogra, resultando na fundação da casa do Guaribu. Capivari passara a ser dono da fazenda Pau Grande, entre outras. Morto em 1865, ele deixou a fazenda Cachoeira e 44 escravos a América, com quem possivelmente tinha uma relação afetiva. No entanto, diferentemente de Cláudio, o barão tinha um filho natural homônimo, filho de mulher livre, mais tarde 2º barão e visconde de Ubá, seu herdeiro universal. A herança de América foi contestada. Dos 44 escravos que lhe foram legados, acabou recebendo nove. Seus descendentes ainda disputavam a posse das terras em 1917⁴⁸.

Mas, a história que mais nos interessa aqui, por sua semelhança e contraste com o caso de Cláudio, envolveu o barão de Tinguá, Pedro Correia e Castro, o mesmo que, recordemos, recebera Dom Pedro II em sua visita a Vassouras, em 1848. Assim como Cláudio, Pedro nunca se casou. Manteve também, ao longo de toda sua vida, um relacionamento estável com uma ex-escrava, Laura. Pedro ditou seu testamento em 24 de abril de 1865, quatro anos antes de sua morte, em 2 de abril de 1869. Como de praxe, deixava instruções que rezassem missas e capelas por sua alma, assim como pela de seus irmãos e seus escravos falecidos. Libertava 25 escravos, muitos deles aparentados entre si.

Sobre Laura, de nação conga, ele fazia questão de explicitar que passara “carta de liberdade no dia dezoito de Novembro de mil e oito centos e quarenta e nove”, e que esta alforria estava “lançada no livro de notas”. Prosseguia:

⁴⁸ Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo...*, op. cit.

Esta preta tem seis filhos sendo cinco fêmeas e um macho, a saber, Catharina, casada com Antônio Agrícola de Fontes, Antônia, casada com Albino Nunes de Assis, Mariana, casada com Anacleto Dias de Paiva, a estas três favorecias muito bem, Leocádia casada com José Borges Monteiro, a esta só lhe dei dois escravos, digo duas escravas e um escravo...⁴⁹

Neste ponto, percebemos a primeira e impactante diferença entre as disposições do barão de Tinguá e aquelas do barão de Guaribu. No início de seu testamento, Pedro nomeara como seus testamenteiros “...em primeiro lugar, Antônio Agrícola de Fontes, em segundo lugar, José Borges Monteiro, em terceiro lugar Albino Nunes de Assis. Portanto, os maridos de três das filhas de Laura, Catharina, Leocádia e Antônia”. Mais surpresas ainda viriam. Ele prosseguia, listando os dois outros filhos de Laura:

... tenho em meu poder, debaixo de minha proteção, Maria, de idade de dezesseis anos, mais ou menos, Martinho, de idade de quatorze para quinze anos. Como acima digo, debaixo de minha proteção que os tenho criado com todo o amor e doutrina a estes dois fâmula e fâmulos, ainda não lhes fiz bem nenhum...⁵⁰

Em caso de sua morte, nomeava seu primeiro inventariante e segundo testamenteiro, José Borges Monteiro, tutor desses menores que tinha sobre sua proteção e que criara “com todo amor e doutrina”. Dava aos filhos de Laura e a seus fâmulos diversos pequenos legados em termos de quantias em dinheiro e cativos⁵¹.

Revelava, então, a razão dessa generosidade:

... deixo a Laura, mãe de minhas fâmulas e fâmulos, Catharina, Antônia, Mariana, Leocádia, Maria, e Martinho, quatro contos de réis, deixo mais quatro escravos, sendo três machos e uma fêmea, não entrando em conta dos quatro que acima dou, a escrava de Nação Benguela, digo a escrava que lhe dei em minha vida de nome Joana de Nação Benguela...⁵²

Ao assumir seus seis filhos naturais com Laura, Tinguá sabia o que estava fazendo. Pelo decreto n. 463 de 2 de setembro de 1847, os filhos naturais dos nobres passavam a ter os mesmos direitos hereditários que competiam aos filhos dos plebeus⁵³. Mesmo assim, ele não deixava dúvidas de sua vontade e prosseguia:

Declaro, (...) depois de cumpridas todas as minhas disposições, por meus legítimos herdeiros as minhas fâmulas e fâmulos...

E, ainda mais:

Para desengargo de minha consciência e salvação de minha alma, declaro que as minhas fâmulas e fâmulos, neste meu testamento nomeado, são meus filhos, e por meus filhos sempre os tenho. E por esta forma hei por findo este meu testamento, e peço e rogo a justiça de sua Majestade Imperial, que Deus guarde o faça cumprir e o guarde e lhe dê todo o vigor e inteiro cumprimento, e

⁴⁹ Testamento de Pedro Correia e Castro, CDH.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ *Coleção de leis do Império*, 1847, tomo IX, parte I.

pelo qual revogo outro qualquer anterior a este por ser esta minha ultima e derradeira vontade...⁵⁴

Os casos dos barões de Guaribu, Capivari e Tinguá certamente não foram os únicos em que grandes senhores se envolveram sexual e emocionalmente com suas cativas. Relacionamentos com escravas, eventuais ou duradouros, mais assumidos ou menos assumidos, com todas as tensões e conflitos que implicavam, compunham o universo do *éthos* e do *habitus* senhoriais. Não apenas porque eram permitidos e praticados, mas porque o eram dentro de limites razoavelmente estabelecidos. Limites que asseguravam uma separação entre essa intimidade transgressora, da ordem do privado e do pessoal, e o mundo de práticas e representações da classe senhorial, inclusive daquelas igualmente de ordem privada. O caso de Cláudio é exemplar nesse sentido.

Logo nas primeiras linhas de seu testamento, fica patente a ambiguidade e o conflito que marcavam as relações entre seus legados privado, no âmbito da transgressão, e o público.

Jesus Maria e José. Eu Barão de Guaribu estando doente de cama, porém em meu perfeito juízo e claro entendimento, que Deus Nosso Senhor foi servido dar-me, deliberei fazer o meu testamento pela maneira seguinte: Declaro que o meu nome era Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, antes de Sua Majestade o Imperador agraciarme com o título de Barão de Guaribu. Declaro que sou católico Romano, natural do Rio de Janeiro, nascido e batizado na Freguesia de Santa Rita, filho legítimo de Luís Gomes Ribeiro e Dona Joaquina Matildes de Assunção, ambos já falecidos, sendo igualmente falecidos os meus avós. Declaro que sou mais de sessenta anos, e que sempre vivi no estado de solteiro, e por isso não tenho filhos legítimos assim como também não os tenho naturais.⁵⁵

O peso das representações de sua classe era grande. Isso fica expresso em sua explicitação de sua dupla condição, pessoal e pública: “... meu nome era Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, antes de Sua Majestade o Imperador agraciarme com o título de Barão de Guaribu”⁵⁶. A partir dessa declaração inicial, o que se segue no testamento é marcado pela duplicidade e tensão entre os legados privado e social do barão. A começar pelo não reconhecimento dos filhos. Mesmo na hora de sua morte – o testamento foi ditado uma semana antes de seu passamento, quando já estava enfermo –, ele não reconheceu nem seu relacionamento com Maria das Antas, nem seus filhos com ela. No entanto, garantiu aos filhos homens parte substancial de seus bens. Exatamente a parte mais produtiva: as fazendas das Antas, da Boa União e dos Encantos, com todos seus escravos e ainda outros 120 que pertenciam à Guaribu⁵⁷.

A seus dois irmãos, João e Quintiliano, ele deixou a fazenda do Guaribu, incluída aí a do Guaribu Velho. A Guaribu não era sua fazenda mais lucrativa, mas, simbolicamente, era a

⁵⁴ Testamento de Pedro Correia e Castro, CDH.

⁵⁵ Testamento de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, CDH.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

parte mais significativa de seus bens. Nela estava a origem da família em termos de seu poderio social. Dela advinha o nome de seu título, quando, segundo sua própria afirmação, deixara de ser apenas Cláudio. Na Guaribu estavam ainda a casa de vivenda, as pratas e, provavelmente, os móveis que constam no inventário. Na capela da Guaribu, queria ser sepultado, se esta estivesse pronta. Caso contrário queria “ser sepultado no Cemitério da Fazenda das Antas”⁵⁸. Imerso na tensão de seus dois legados, o pessoal e transgressor, e o de sua família e classe social, Cláudio deixava o símbolo do poder senhorial para seus irmãos. Aqui se marcava o limite que Maria das Antas e seus filhos com ela não poderiam ultrapassar.

Seu tio e desafeto, o barão de Capivari, talvez porque tivesse um filho natural com uma mulher livre, fora mais além e nada reconhecera ou deixara pistas de seu relacionamento com América. No extremo oposto, o barão de Tinguá não só reconhecera seus filhos e seu relacionamento com Laura, como fizera questão de enfatizar esse fato em seu testamento. Em nenhum desses casos, entretanto, a sorte dos parentes consanguíneos dos barões foi fácil. Ainda que todas essas famílias descendentes de barões tenham deixado marcas, escritas ou na tradição oral local, nenhuma conheceu a proeminência dos herdeiros legítimos da nobreza imperial vassourense, uma das mais numerosas do Império.

Mesmo a sorte de Laura, a mais bem sucedida dessas ex-escravas amancebadas, não esteve à altura do destino normal dos herdeiros do baronato imperial. Pouco sabemos do que lhe sucedeu. Numa espécie de arremate de sua história, em fins da década de 1880, o barão do Amparo adquiriu e demoliu a casa na cidade que ela, suas filhas e seu filho haviam herdado do barão de Tinguá. Em seu lugar, Amparo fez erguer um portentoso palacete, espécie de canto do cisne da arquitetura imperial da cidade, que hoje não passa de uma de suas mais imponentes ruínas.

Mas, nem só de símbolos viviam os barões e senhores. Voltemos à história dos legados do barão de Guaribu.

O visconde da Paraíba, inventariante dos bens deixados por herança por seu irmão, morreu em 1879. Quintiliano, então, assumiu o inventário, até sua própria morte, em 1889. Desse ponto em diante ao que parece, Luís Leovigildo Ribeiro de Avelar, um dos filhos e legatários do barão de Guaribu, assumiu a função de inventariante. Duas questões surgem imediatamente. Por que o inventário do barão de Guaribu ainda estava aberto, vinte e seis anos após sua morte? Por que, nesta quadra, a tarefa de sua administração passara a um de seus legatários, e não a algum descendente de seus herdeiros?

Começemos pela segunda resposta. Em 1889, o que restara de valor dos bens de

⁵⁸ Idem.

Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, com o envelhecimento completo dos cafezais da Guaribu, o esgotamento de suas terras e, principalmente, com a abolição da escravidão no ano anterior, estava bastante reduzido em termos de valor. Talvez já não fosse algo de que não se pudesse abrir mão. Além disso, Quintiliano, como que seguindo uma tradição familiar, morrera sem descendentes legítimos. É bastante possível que, então, a administração dos bens deixados em inventário e também do legado, como já se verá, do barão de Tinguá deixasse de oferecer vantagens. Ao menos aos descendentes da segunda geração de senhores de Vassouras que, ainda que às voltas com as consequências da abolição, ainda gozavam de poder e prestígio.

Para Luís Leovigildo, seu irmão João e sua irmã Virgínia, juntamente com seu marido, no entanto, o legado do barão de Guaribu ainda valia uma briga na justiça. Tanto que os dois últimos, em janeiro de 1897, entraram com uma ação de prestação de contas contra Luís, que assumira – e ainda não resolvera! – a administração do inventário. É exatamente por conta dessa ação, e de uma matéria publicada no *Jornal do Commercio* em 1876, que conseguimos reconstituir a sorte dos dois legados do barão de Guaribu e, assim, temos a resposta para nossa primeira pergunta: por que o inventário de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar permaneceu aberto por tanto tempo?

A resposta se inicia pelo esclarecimento a outra pergunta: quem mantivera o inventário aberto? Já vimos que primeiro o barão, depois visconde, de Paraíba, até sua morte, e depois Quintiliano Gomes Ribeiro de Avelar, dono das prósperas fazendas de São Luís e da Boa Sorte. Propriedades que, em 1889, ano de sua morte, ainda dispunham de áreas cobertas por matas e ricos cafezais⁵⁹. Quintiliano era também o tutor dos legatários, e esse fato já parte de nossa resposta. Em algum momento, que não conseguimos especificar, mas foi logo, Joaquim Mascarenhas Salter renunciou à tutoria de Manoel, seus irmãos e de seus bens. A tarefa foi, então, assumida por Quintiliano. Nesse meio tempo, Paraíba, sem oposição de Quintiliano, alegou que não podia fechar o inventário de seu irmão porque este determinara que suas dívidas fossem saldadas com o rendimento de suas fazendas. No entanto, como essas dívidas, que envolviam o espólio de seus pais, Luís Gomes Ribeiro e Joaquina Matildes de Assunção, eram objeto de disputas, não eram facilmente resolvíveis. Enquanto isso se acertasse, herança, legado e os rendimentos dos bens do barão de Guaribu seriam administrados pelo inventariante. Em 1879, com a morte de Paraíba, inventariante e tutor passaram a ser uma só pessoa, Quintiliano.

Estranho e suspeito, não? Antes mesmo da morte de Paraíba, alguém, que escreveu uma matéria anônima no *Jornal do Commercio* de 2 de julho de 1876, também achou. A matéria intitulava-se “A testamentária do finado Barão de Guaribu”. Depois de dizer que o assunto de que trataria causaria estranheza, o artigo explicava o caso. O barão falecera em

⁵⁹ Inventário de Quintiliano Gomes Ribeiro de Avelar, CDH.

1863, deixando “...de mil e muitos contos de réis, representada por três fazendas de cultura de café e com mais de oitocentos escravos”⁶⁰.

Por seu testamento legou duas dessas fazendas, as melhores com 500 e tantos escravos, a três protegidos seus de menores idades, fez diversos legados em dinheiro, e dos remanescentes instituiu herdeiros dois de seus irmãos, e marcou o prazo de três anos para cumprimento do testamento.⁶¹

Treze anos depois, nada se resolvera e o espólio ainda estava em aberto. Qual seria a razão de um fato tão extraordinário, perguntava o anônimo articulista? O rendimento das fazendas dava e sobrava para arcar com todos os encargos que o barão deixara, da ordem de 600 ou 700 mil réis.

... para fazer face aos seus encargos deixou essas fazendas com uma produção anual de 30 a 40.000 arrobas de café, que aos preços altos que desse tempo para cá tem tido esse gênero, devia por força dar ao espólio uma renda anual de 200 a 300.000\$, não se falando na dívida ativa que também deixou.

Três anos eram tempo suficiente para pagar os encargos e resolver o espólio. Se não, em seis ou sete anos tudo teria que estar resolvido. Mas não estava. E aqui a outra parte da artimanha. Havia pendências sobre o testamento que diziam respeito a questões entre os coerdeiros e o finado barão referentes ao espólio de seus pais. Por isso o processo era demorado. O testamenteiro, entretanto, tinha os meios para agilizar o processo. Ainda mais porque – e aqui certamente o articulista estava sendo irônico – ele era um dos coerdeiros e tinha interesse nisso. No entanto, enquanto este imbróglio não fosse resolvido, a quem deveriam pertencer por direito os rendimentos das fazendas deixadas aos menores, “desde o tempo em que devia achar-se paga a dívida, e eles empossados de seus legados?” Não era “negócio pequeno; são os rendimentos de duas fazendas com 500 escravos por espaço de 5 ou 6 anos!”. Concluía perguntando se não “teria direito a eles o legatário que suicidou-se há 3 ou 4 anos, desgostoso por se ver cheio de dívidas, que não podia pagar por não ter recebido o seu legado?”⁶². Tratava-se de Manoel, o irmão mais velho e que, a esta altura, teoricamente, já poderia estar à frente da administração do legado, tivesse o espólio sido concluído.

O artigo prosseguia em suas observações finais...

... consta ultimamente (é tão sério o que se diz, que não queremos ainda acreditar) que esses legatários não receberam as suas fazendas em consequência de um contrato de arrendamento que assinaram, ficando eles a receber unicamente por ano 20:000\$, continuando tudo no mesmo estado que até aqui...⁶³

Diante de tudo isso, o articulista perguntava, retoricamente, a razão pela qual “... o honrado tutor desses legatários, nomeado no testamento, pediu há alguns anos demissão do cargo? Não, está claro?”⁶⁴.

⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 2 de julho de 1876.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

Em 1885, o inventário do barão de Guaribu continuava em aberto e uma nova avaliação foi feita. Vinte e dois anos depois de sua morte, o valor de seus bens estava reduzido a menos de 1/3 de seu valor inicial. Escravos, terras e benfeitorias do conjunto de fazendas eram avaliados em 316.675\$300. O cafezal da fazenda das Antas, avaliado em 60 mil contos em 1863, valia agora 7.400\$000. O da Guaribu caíra de 71 mil contos para 17.800\$000. Os escravos ainda eram o patrimônio de maior valor, representando 48,4% dos bens⁶⁵. Em 1863, eles eram 62% do total.

Epílogo

Nesse ponto, fica claro que não foi apenas o tormento de Cláudio, tensionado entre sua classe e sua prole, que deixou brechas para que seus irmãos, de sangue e de classe, embarreirassem o cumprimento de seu legado privado. O caso de Tinguá e o decreto de 1847 mostram que ele poderia ter reconhecido seus filhos como seus legítimos herdeiros. Não o fez e agiu deliberadamente ao não reconhecer a paternidade de seus filhos naturais. Não queria lhes passar sua herança. Mas quis garantir seu sustento e bem-estar futuros. É impossível que não soubesse os riscos que corria e o que podiam advir para Maria das Antas e seus filhos por conta de sua decisão. Resolveu arriscar. Deu no que deu.

Vassouras não gerou sua Chica da Silva, ainda que não faltassem candidatas a ela: Laura, a companheira por toda a vida do barão de Tinguá, de quem praticamente nada se sabe sobre seu destino; América, possível manceba do barão de Capivari, que viu seu legado contestado; e Maria das Antas, mãe dos filhos do barão de Guaribu, legatários de três de suas fazendas e de muitos de seus bens, inclusive escravos. Do ponto de vista material, essas candidatas tiveram que lutar para garantir a posse de seus bens, a maioria sem sucesso ou com sucesso parcial. Simbolicamente, houve a tentativa de apaga-las da memória e da história, ainda que sua lembrança sempre volte, de quando em quando, lá como cá.

⁶⁵ Inventário de Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, CDH.